

**ACTA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2010**

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas nove horas e trinta e oito minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa respectivamente 1º e 2º secretário da referida Mesa.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

**O Sr. presidente da Mesa**, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, registando-se as seguintes presenças:

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Fraga Martins Maio, António Toledo Alves, Cristina Margarida Alves de Sousa, Fábio António Lourenço Vieira, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, Irina dos Santos Mendes Pimentel, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Avelino Carvalho Paim, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gonçalves Borges, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Gabriel Dias Lopes, Manuel Henrique Assis Ferreira, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Paulo Ângelo Toste Vieira, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Eduarda Borges Terra, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Jorge Henrique Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Maria Antonieta Bettencourt do Canto, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

**Do CDS-PP**

José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Olinda Maria Gonçalves da Rocha.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Da Câmara Municipal**

Andreia Martins Cardoso da Costa, Alonso Teixeira Miguel, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

**O Sr. presidente da Mesa**, informando que por impossibilidade do 1º secretário da Mesa as actas da 4ª sessão ordinária de 29 de Outubro e da sessão extraordinária de 21 de Novembro de 2010 não puderam ser concluídas a tempo de serem presentes para

apreciação e votação da Assembleia, procedeu à habitual leitura do expediente, disponibilizando-o para consulta dos membros presentes.

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

**O munícipe Dr. Jorge Forjaz**, a quem, depois de inscrito, o Sr. presidente da Mesa concedeu a palavra, anunciou a intenção de abordar dois assuntos, um mais grave que o outro, ambos respeitantes ao dia-a-dia e à nossa memória colectiva.

Em primeiro lugar começou por lembrar que, por decisão recente da CM, se alargara o passeio do Alto das Covas, sendo a quarta ou quinta vez que tal sucedia nos últimos trinta anos. Noutros tempos, aquele passeio estivera exactamente na posição em que actualmente se encontrava, mas sem aquele “dente”, causador do rebentamento de um pneu e da torção da barra de direcção na viatura de sua irmã, para além de ocorrências em outras viaturas, de que também tivera conhecimento, com a mesma origem.

Recordou ainda que o passeio do lado oposto da rua fora em tempos recuado à custa do corte de um metrosídero, lamentando que, de há trinta anos a esta parte, não se acertasse com o que se pretendia fazer naquele local, e que, em sua opinião e na de muitos dos munícipes que por ali passavam, muito provavelmente em breve se assistiria de novo ao recuar do dito passeio.

Voltando ao tema da proibição de voltar à esquerda para a rua de S. João, fez lembrar que aos moradores da rua da Sé, obrigados a inverter a marcha no Alto das Covas, se tornara agora ainda mais difícil tal imposição, com a obrigação de o fazer junto à rua de S. Gonçalo, obrigando-os a misturar-se com o trânsito proveniente da rua da Madre de Deus, da Av. Tenente-coronel José Agostinho e da própria rua de S. Gonçalo.

Constatando a existência de oito passagens para peões entre a Praça Velha e o Alto das Covas, em tom irónico referiu que ouvira dizer que a simples viragem à esquerda para a rua de S. João prejudicaria o trânsito até à Agualva ou Praia da Vitória, para além de pairar também a convicção de a uma misteriosa comissão de trânsito competiria a tomada de todas aquelas decisões, fazendo prevalecer a sua vontade à dos membros eleitos pela própria Assembleia ou Câmara Municipal.

Deixando o assunto à consideração da CM e dos munícipes, gostaria de o ver discutido de uma vez por todas para que terminasse o baile do avanço e recuo dos passeios e calçadas do Alto das Covas e assim se decidisse o que se pretendia para a cidade.

Tendo recebido da CM uma carta de Boas Festas com o novo logótipo estampado no envelope, evocou o ano de 1837 para lembrar que Angra do Heroísmo fora a primeira cidade portuguesa a receber a “Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito”, condecoração concedida pelo rei em remuneração dos serviços que a nossa terra, com sangue, prestara à causa da pátria, alguns anos depois de nela se refugiar boa parte da monarquia portuguesa, onde imperaram as ideias liberais, enquanto o país inteiro, incluindo as restantes ilhas açorianas, obedecia ao governo miguelista, altura em que as armadas inglesa e miguelista cercaram a ilha, conhecida como a ratoeira, daqui não se saindo nem entrando.

Recordou a propósito que uma das chefias desse movimento recaíra no Conde da Praia da Vitória, Teotónio de Ornelas Bruges, à altura o homem possuidor de maior riqueza na Terceira, o qual, tendo-se empenhado fortemente na referida causa, vira as suas finanças abaladas de tal forma que até a própria casa onde morava, o palácio de Santa Luzia, onde

se realizaram reuniões conspiratórias e onde D. Pedro IV permanecera quando visitou a ilha, fora arrasada até às fundações, não escapando sequer o brasão da família.

Em 1877, quarenta anos depois da concessão da Torre e Espada, perante a ausência de nomeação de um representante do governo, a Câmara Municipal, vendo os seus serviços altamente prejudicados, resolveu intervir escrevendo uma carta ao rei D. Luís, referindo o seguinte: “...a ilha Terceira, berço da liberdade, durante quatro anos, foi o único ponto de apoio que simboliza as liberdades pátrias, no qual vossa majestade se assenta hoje.”

Também se celebrava com grande solenidade a procissão do Corpo de Cristo onde se incorporavam todas as autoridades locais, militares, civis e eclesiásticas. Na altura, com o comando militar dos Açores sediado na ilha Terceira, o general comandante, fazendo-se acompanhar dos seus oficiais, incorporava a procissão, enquanto a Câmara Municipal se fazia representar com toda a sua vereação transportando as respectivas varas, a qual, em determinada altura, protestara para o governo em Lisboa, pelo facto do general se posicionar na procissão com todos os seus oficiais á sua frente, situação em sua opinião desrespeitadora da precedência protocolar devida à condecoração que lhe fora atribuída, devendo antes ocupar uma posição imediatamente à retaguarda do general e à frente dos restantes oficiais.

No seu protesto, a Câmara Municipal evocava, entre outras, as regalias municipais, em cujo número avultava a de deter no seu brasão de armas, a Grã-cruz da Torre e Espada a que se associavam as honras de general de brigada. O Ministério do Reino, como então se chamava, mandou um ofício ao governador civil chamando a atenção para a necessidade da inteira e escrupulosa observância da legislação em vigor, datada de 1849, e do próprio código administrativo, informando o comandante militar para que, de futuro, não se repetissem aqueles lamentáveis incidentes.

A propósito do desmantelamento dos fortes à volta da ilha, em 1904 um determinado senhor escreveu no jornal a seguinte notícia: “*Olhando as ruínas daqueles desmantelados fortes, uns reduzidos às tristes ruínas de um abandono lamentável, outros desaparecidos pela evasão do mar, confrangeu-se-nos o coração ao ver que nós, povo rebaixado à mais indigna passividade, indiferente ao culto do passado e rebelde a todas as manifestações de ressurgimento, a tal ponto temos levado a nossa incúria e desleixo, que deixámos perder aquelas relíquias sagradas que religiosamente deveríamos ter conservado para ali rendermos homenagem àqueles que, denodadamente se bateram pela liberdade e para que também ali estivesse sempre patente aos vindouros, uma alta e nobre lição de civismo*”.

Finalizou a sua intervenção, lamentando a substituição levada a cabo pela CM do brasão com a Torre e Espada por um logótipo comercial a cinzento com a palavra “heroísmo” a letra miúda, reduzindo o heroísmo a pouco ou nada.

O sangue derramado na conquista da Torre e Espada estaria agora reduzido à parte inferior de um envelope, encimado por um logótipo eventualmente criado pelos serviços camarários ou por um qualquer desenhador que fizera uma memória descritiva, qual obra-prima da ausência de inteligência, colocando uma espécie de queijo cabrinha, com umas pedras de calçada dentro, a preto e branco, a imitar a “Memória”, atingindo as raias do absurdo, concluindo que, ao menos, o símbolo da Torre e Espada não desaparecera completamente, por se encontrar impresso nos caixotes do lixo da cidade.

**A Sra. presidente da câmara** esclareceu a este propósito que há cerca de dois anos a CM entendera entregar a um jovem artista plástico terceirense o trabalho de concepção do referido logótipo, cujo texto de apresentação referia o seguinte: “*O logótipo proposto por*

*Rui Melo para a cidade de Angra do Heroísmo refere-se, apesar da modernidade iconográfica, a uma cidade com história que se orgulha com o seu passado conservando o que a particulariza, projectando-a para uma dimensão futura. Os dois elementos que o compõem são disso exemplo: a simbiose entre a sua história e o que, para ela, se perspectiva no presente.*

*O óculo: o carácter límpido, protector assemelha-se a uma redoma edílica ou uma cápsula do tempo. A sugestão gráfica de preservação do passado sugere, simultaneamente, um sinal de futuro de uma cidade com preocupações pelos padrões de vida contemporâneos, no que isso possa ter de melhor.*

*A calçada: As pedras que a cápsula protege e exhibe, remetem-nos, efectivamente, ao arque do que verdadeiramente interessa. Por um lado, a disposição das pedras num plano horizontal, compõe um padrão, cuja percepção identifica a malha dos traçados urbanos quinhentistas de influência renascentista. Por outro lado, a verticalidade de uma pirâmide erguida que, ao mesmo tempo, faz lembrar a Memória que se impõe, guardiã simbólica, sobranceira aos pergaminhos de excelência da cidade.”*

Sobre a proibição de viragem à esquerda para a rua de S. João, sabendo-se que um estudo de tráfego de 1998 desaconselha as viragens à esquerda na rua da Sé, esclareceu que a Comissão Municipal de Trânsito, presidida pela vereadora Raquel Silva, entre outras com interesse na matéria, detinha na sua constituição entidades como a Direcção de Trânsito, a EVT e associações de taxistas.

No tocante ao passeio do Alto das Covas, a decisão do seu alargamento devera-se à necessidade de retirar a paragem dos mini autocarros da rua da Sé, factor condicionante da fluidez do trânsito no centro histórico, concedendo um pouco mais de espaço a quem ali esperava o autocarro.

Lembrando que a rua da Sé se encontrava dividida em duas partes, uma para cima e outra, mais movimentada, para baixo da igreja da Sé, com a actual paragem no Alto das Covas, pretendia-se também promover uma maior circulação de pessoas naquela área, de modo a permitir uma maior dinamização comercial.

Por outro lado, em consonância com a EVT e outras empresas, procedera-se ao alargamento do passeio na Praça Velha, de modo a evitar que as pessoas se encostassem aos estabelecimentos comerciais, permitindo uma melhor circulação e a afixação de informação electrónica actualizada sobre os horários de partida e chegada dos autocarros.

Quanto às alegadas dezenas de acidentes motivadas pelo alargamento do passeio do Alto das Covas, a CM não recebera qualquer queixa, compreendendo no entanto que nem todos os munícipes concordassem com as medidas que, com a melhor das intenções, se tomavam ao nível do espaço público.

Reconhecendo importância ao trânsito automóvel, a prioridade orientava-se no sentido da circulação das pessoas, daí se acautelando o bem-estar de quem esperava pelos autocarros, dos mais idosos ou de quem circulava em cadeira de rodas, preocupação recentemente elogiada pelas entidades presentes numa sessão sobre mobilidade em centros históricos, tudo isto, afirmou a Sra. presidente da Câmara, com muito respeito pelo passado, mas com os olhos postos no futuro.

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. d.m. José Alberto Borges**, mostrando apreço pelas palavras do Sr. Jorge Forjaz, cuja fundamentação histórica desconhecia, comparou a cor cinzenta escolhida para o novo logótipo ao ar nebuloso envolvente da generalidade da actividade camarária.

Prosseguindo a sua intervenção, desejou saber se a CMAH, através da sua presidente, pretendia pôr o governo socialista em tribunal, caso não se concretizem as transferências relativas aos 5% do IRS para as autarquias açorianas, perguntando também que resultados se poderiam obter da iniciativa de promoção turística do concelho realizada num hotel de Lisboa, quais os produtos locais promovidos, quais os parceiros da CM e da Culturanga e os custos envolvidos na iniciativa.

Solicitou também, a par do relatório pormenorizado das viagens realizadas desde Julho por elementos dos SMAH para efeitos de apreciação de novas tecnologias de gestão de resíduos, que conclusões técnicas foram daí retiradas, quais os custos dessas viagens e a razão de se efectuarem antes da constituição da respectiva empresa intermunicipal, quais os locais aonde se deslocaram tais pessoas e quantas mais viagens estavam previstas.

**O Sr. d.m. João Maria Mendes** começou por saudar a Sra. d.m. Anabela Gomes pelo seu doutoramento na Universidade dos Açores, sendo sempre de louvar a valorização intelectual, profissional e académica dos membros da Assembleia.

Em relação à intervenção do Sr. Dr. Jorge Forjaz, afirmou também não gostar do novo logótipo adoptado pela CM. Ficando-se pelo princípio de que os gostos não se discutiam, mostrou-se surpreso pelo facto de o símbolo da Torre e Espada apenas se encontrar nos caixotes do lixo.

Recordou algumas discussões passadas, na defesa do antigo e verdadeiro brasão da Câmara de Angra, existente no tecto do salão nobre, único que em Portugal ostentava como timbre um braço empunhando uma espada, em vez do que em determinada altura impusera Salazar.

Em sua opinião, independentemente dos gostos de cada um, existia toda uma lógica histórica e patrimonial que deveria ser implementada e preservada acima de qualquer preconceito partidário ou opção artística, não significando que o novo logótipo não tivesse sido concebido com a melhor das intenções e que os seus criadores não fossem respeitados.

Solicitou à CM que levasse em conta a questão patrimonial, que não podia ser descorada, devendo ser repensada a questão levantada pelo Sr. Dr. Jorge Forjaz.

Em relação ao trânsito, constatando-se cada vez mais afunilado no Alto das Covas, como verificara no dia anterior, por volta das 14 horas, graças à ineficácia dos semáforos da rua Madre Deus, mostrou a convicção de que as decisões da Comissão Municipal de Trânsito superavam as da Assembleia Municipal, recordando a esse respeito que num mandato anterior ali se votara, por unanimidade, a permissão da viragem à esquerda para a rua de S. João, decisão nunca acatada por essa tal “poderosíssima” comissão de trânsito.

Finalizando, congratulou-se com as decisões recentemente tomadas pela câmara municipal e governo regional respeitantes a alguns empreendimentos do concelho, realçando o projecto de reconversão do edifício do antigo hospital da Boa Nova, com vista ao futuro museu militar de Angra do Heroísmo.

Realçando a importância do apoio à terceira idade e a descentralização dos lares de idosos, congratulou-se também, a finalizar, com o anúncio da fase inicial da elaboração do projecto para a criação de um centro de dia e de noite na freguesia das Cinco Ribeiras, onde nascera.



**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, à semelhança do Sr. d.m. João Maria Mendes, felicitou a Sra. d.m. Anabela Gomes pelo seu recente doutoramento.

Mostrando total concordância com as palavras proferidas pelo munícipe Jorge Forjaz e nada tendo contra as boas intenções do artista, lembrou a pequenez da descrição do novo logótipo face à enorme riqueza da história e dos símbolos da cidade.

No tocante ao alargamento do passeio do Alto das Covas, reconheceu alguma boa intenção na realização daquela obra, defendendo que o “dente” deveria reduzir-se um pouco, de modo a permitir mais algum desafogo no trânsito, realçando que, não tendo chegado nenhuma reclamação oficial à CM, não significaria a ausência de queixas por parte dos munícipes, como demonstrado pela intervenção do Sr. Dr. Jorge Forjaz.

Referindo-se à dita “todo-poderosa” comissão de trânsito, recordou que o estudo de tráfego de 1998, um pouco desactualizado face ao aumento do parque automóvel e às exigências dos dias de hoje, mereceria sujeitar-se a uma revisão ou até mesmo à substituição por um novo, face à constatação generalizada da degradação da qualidade da circulação automóvel no interior da cidade.

Desejou também saber da parte da Sra. presidente da Câmara se estariam a ser tomadas algumas medidas para evitar que as águas pluviais da escola de S. Sebastião fossem canalizadas para a ribeira que corria ao longo da canada da Ponta e que desaguava na Baía das Mós, no sentido de se evitar o seu transbordo, mais frequente em dias de chuva intensa.

Por fim, na sequência da Proposta apresentada pelo seu grupo municipal na sessão anterior e do anúncio feito pela Sra. presidente da Câmara no mandato anterior, quis saber qual o andamento dos projectos de requalificação do Fanal e quais as razões da sua apresentação com pompa e circunstância em período pré-eleitoral, quando, afinal, não se revelavam prioritárias ou careciam de falta de dotação orçamental.

**A Sra. d.m. Anabela Gomes**, questionando sobre o ponto da situação do alvará do posto de combustíveis do Alto das Covas, desejou saber da possibilidade de o deslocar para outro local, visto que a generalidade das pessoas com quem falara se pronunciara contra a sua continuidade dentro da malha urbana da cidade.

**A Sra. presidente da Câmara**, em resposta ao Sr. d.m. José Borges, informou que a CM se encontrava em consulta aos gabinetes de advogados “Sérvulo Correia & Associados” e “Vieira de Almeida & Associados”, para avançar com uma acção em tribunal contra o Estado, no sentido de reaver a receita proveniente do IRS referente ao ano 2009.

No tocante às viagens de membros dos SMAH, esclareceu que a gestão da autarquia nada tinha de nebuloso, sentindo-se incomodada quando se tentava atribuir aquela característica a uma gestão séria e transparente. Adiantou ainda que, quando determinadas pessoas teimavam incriminar outras e se avançavam insinuações pondo em causa a credibilidade e honestidade de cidadãos iguais do próprio concelho, se deveria recorrer ao seu esclarecimento em local próprio.

Ressalvada aquela situação prévia, passando às questões técnicas e de decisão política que conduziram às viagens realizadas por elementos do conselho de administração dos SMAH, da Praia Ambiente e por técnicos dos dois serviços públicos, informou que ela própria se incluía no lote das pessoas que insistira para que essas visitas de carácter técnico se realizassem com vista à aquisição de conhecimentos que fundamentassem as soluções a adoptar no tratamento de resíduos na ilha Terceira.

Salientando a seriedade e importância de todas as decisões a tomar no futuro relativamente ao tratamento de resíduos, entendeu não serem demais todas as diligências prévias com vista à aquisição de conhecimento sobre as novas tecnologias, evitando futuras responsabilizações políticas por decisões mal fundamentadas, tendo os respectivos conselhos de administração tomado a decisão de promover a deslocação de dirigentes e técnicos dos SHAH e da empresa municipal Praia Ambiente a Inglaterra, Itália, Dinamarca, Madeira e ao Continente português, com vista à elaboração de um relatório técnico, já em preparação, aconselhando uma solução aos órgãos políticos decisórios de ambos os concelhos.

Opinando ainda que, quem a esta atitude associasse o pressuposto mesquinho de que os vereadores Cota Rodrigues e Paulo Messias necessitariam das entidades onde prestavam serviço para visitar a Europa, a Madeira ou o Continente português, jamais poderia assumir responsabilidades políticas onde quer que fosse, porque a mesquinhez e a pequenez lhes impediria uma clara visão do futuro, informou que, logo que pronto, o relatório seria submetido à apreciação de ambas as Câmaras e Assembleias Municipais, com vista à tomada de uma decisão definitiva.

No tocante à situação do trânsito na cidade, admitindo a necessidade de elaboração de um novo estudo de tráfego, parecia-lhe que a possibilidade de viragem à esquerda para rua de S. João talvez não resolvesse os problemas actuais do trânsito na cidade.

Deixando o Plano de Requalificação das Zonas Balneares para a altura da apreciação do Plano e Orçamento da autarquia, onde se previa a verba necessária para o projecto da zona da Salga, considerado prioritário, avançando para 2012 a requalificação da baía do Refugo, adiantou a intenção da autarquia em continuar a requalificação da zona do Fanal, onde se dera já o primeiro passo, e que ficara um pouco aquém do pretendido, pelas razões previamente explicadas, que se prendiam com a aquisição dos terrenos e a retirada das oficinas existentes no local.

Quanto ao posto de combustíveis do Alto das Covas, informou que também se surpreendera com o painel lá colocado, esclarecendo que a situação teria de ser avaliada no âmbito da instalação de um posto de combustíveis com legislação própria e no enquadramento adequado a uma edificação no centro histórico da cidade, que merecera parecer desfavorável por parte da Direcção Geral da Cultura, já comunicado aos proponentes.

Lembrou, por fim, não dispor a autarquia de competências em matéria de deslocalização daquele posto de combustíveis, podendo a empresa lá manter a placa durante o tempo que quisesse e promover a abertura de um novo posto se assim o entendesse.

**O Sr. d.m. António Maio**, na qualidade de presidente do Conselho de Ilha, eleito como representante daquele órgão pela Assembleia Municipal, deu conta de uma reunião tida com o Sr. presidente do Governo Regional dos Açores, a segunda em quatro anos, apesar de prevista uma em cada ano.

Informou que transmitira ao Sr. presidente do governo regional algumas preocupações relacionadas com as possíveis restrições financeiras, tentando assegurar os níveis de investimento previstos, 158 milhões de euros para a ilha Terceira, incluídos no Plano Regional Anual, e 40 milhões de euros para as autarquias, perfazendo um total de cerca de 200 milhões de euros.

Apesar de no contexto regional a ilha Terceira não se apresentar no lote das mais desfavorecidas ao nível dos indicadores sociais, obtivera da parte do Sr. presidente do Governo Regional a garantia de que se realizariam todas as obras previstas no Plano,

podendo vir a verificar-se, quanto muito, ajustes pontuais e alguns desfasamentos entre a execução física e a execução financeira, não constituindo, porém, qualquer motivo para preocupações.

Adiantou ainda ter referido àquele membro do governo a constatação da perda de algum peso da ilha Terceira no contexto regional nos últimos 30 anos, enquanto o de S. Miguel ia impondo a obtenção de alguns benefícios, devido ao seu peso demográfico e económico e ainda por lá se sediar o próprio governo regional, reconhecendo, apesar de tudo, os esforços governamentais no sentido de contrariar aquela tendência.

Constatando alguma falta de apoio por parte do grupo central do arquipélago, recordou a dificuldade histórica em dinamizar e consolidar o mercado entre essas ilhas, já que, recentemente, a cidade da Horta se insurgira publicamente contra a possível plataforma logística no Porto da Praia da Vitória, alegando falta de segurança.

Apesar dos ecos negativos por parte de alguma comunicação social, a ilha Terceira, em sua opinião, vinha sendo bem tratada a nível do PROTA (Plano Regional de Ordenamento do Território), da responsabilidade do governo regional dos Açores, onde se registavam várias referências à ilha Terceira e aos seus pólos de desenvolvimento urbano, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, surgindo como espaço de relevância nacional e pólo primário do desenvolvimento da região, com importantes estruturas portuárias e aeroportuárias, potenciadoras de um forte contributo para a dinâmica social e económica da região, assumindo igualmente as suas cidades uma identificação específica: Angra do Heroísmo como vértice principal de um triângulo de centralidade regional e a Praia da Vitória, como cidade em expansão urbanística possuidora de um porto de classe “A”, contendo uma possível área dedicada à logística, aguardando que as políticas assim o determinem e consolidem.

Informou ainda que, ao tomar conhecimento da iniciativa para a criação da empresa intermunicipal TERAMB, o Conselho de Ilha fizera chegar ao Sr. presidente do Governo Regional a sua importância para ambas as autarquias, esperando-se a necessária disponibilidade financeira para o efeito.

Pelo que percebera, o tão falado estudo do cais de cruzeiros, opção política do governo regional sufragada em eleições e integrante do programa eleitoral do Partido Socialista, não visaria a viabilidade económico-financeira do projecto, mas sim a localização mais adequada, sentindo da parte do Sr. presidente do Governo uma forte determinação para avançar com esse investimento em Angra do Heroísmo, a maior malha urbana da ilha, adiantando que o encontro se traduzira numa importante reunião de trabalho, que contara com a colaboração de todos os conselheiros.

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** deu conta da preocupação manifestada pelos moradores e produtores de banana da cooperativa FRUTER com a extracção de bagacina no Pico do Alferes, junto ao campo de jogos dos Leões do Porto Judeu, visto que a destruição daquele Pico, parte do património natural da freguesia do Porto Judeu, além de afectar a paisagem, desprotegeria aquela zona do vale, rica em produção de banana, dos ventos fortes que lá se faziam sentir.

Considerando caber à Sra. presidente da Câmara a defesa dos anseios da população, quis saber que medidas poderiam ser tomadas pela edilidade, no sentido de se evitar a continuada extracção de bagacina no local.

Congratulando-se com a recente visita do Sr. presidente do Governo Regional Carlos César à CMAH, esperando que outras decorressem, pelo menos uma vez por ano, para ajudar da resolução dos problemas da população e do município angrense, lamentou a



ausência dos restantes vereadores e do Sr. presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na recepção prestada aos membros do governo regional, contrariando o hábito de juntar toda a família quando em nossas casas se recebiam visitas importantes.

Constatando que para umas cerimónias se convidava toda a gente, enquanto para outras não se convidava ninguém, fez ainda votos para que, no próximo ano, os órgãos representativos do município angrense soubessem e quisessem receber bem, partilhando assim em conjunto as suas preocupações e anseios com o governo regional.

Por fim, solicitou que a Sra. presidente divulgasse os assuntos apresentados ao Sr. presidente do governo, perguntando-lhe se conhecia as razões da demora na divulgação do estudo prévio sobre a localização e construção do cais de cruzeiros, e se reivindicara a inclusão no orçamento regional do próximo ano dos 200 mil euros previstos para as actividades culturais do concelho.

**O Sr. presidente da Mesa**, em resposta ao Sr. d.m. Guilherme Melo, esclareceu que a visita do Sr. presidente e de outros membros do governo não obrigava à presença do presidente da Assembleia Municipal, por se tratar de órgãos diferentes e autónomos, reservando para uma sessão solene daquele órgão a audição do Sr. presidente ou outros membros do governo, quando a seu pedido.

**O Sr. d.m. José Gabriel Silva**, apesar de por vezes discordante, manifestou o gosto com que há mais de 20 anos ouvia as pertinentes intervenções do Dr. Jorge Forjaz, focando o problema da Comissão Municipal de Trânsito não especificamente nos seus membros mas na dificuldade de entendimento com a Empresa de Viação Terceirense, que não raras vezes a tentava manipular.

Exemplificando com algumas situações de entupimento de trânsito na rua da Madre de Deus, causadas pela passagem de autocarros daquela empresa, para as quais julgava existir alternativa, não deixava de constatar que muitos dos problemas relacionados com o trânsito automóvel residiam na negligência e falta de respeito de uma parte apreciável dos condutores, entendendo também indispensável garantir-se a proibição de estacionamento na descida do Alto das Covas, como forma de fazer fluir a circulação de viaturas em direcção a S. Pedro ou à Av. Tenente-coronel José Agostinho.

Sobre o I Encontro de Autarcas da Ilha Terceira, realizado no dia do Poder Local e organizado pela Junta de Freguesia de Porto Judeu, congratulou-se com a participação e o apoio camarário naquele evento, no qual se orgulhava de também ter participado, onde todos despiram a camisola partidária e debateram assuntos de elevado interesse para as freguesias, dignificando e promovendo o bem-estar das populações.

Por fim, relevou o trabalho desenvolvido pela CMAH e pelo GR no combate às térmitas, com especial destaque para a conferência de imprensa de apresentação da técnica do calor aplicada no combate àquela praga, realizada a 4 de Novembro, um passo importante no despertar das consciências para um problema que era de todos.

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, começando por tecer um forte elogio à elegante e cordata intervenção do Dr. Jorge Forjaz, demonstrativa de uma forma de estar na vida e na política promotora da reflexão e do debate de ideias, sobre a representação gráfica dos símbolos do município, lembrou a possibilidade do uso simultâneo dos ícones gráficos para efeitos promocionais e de divulgação do concelho no exterior e dos símbolos institucionais relacionados com a correspondência ou papel timbrado. Sugeriu à CM que repensasse a utilização de ambos os símbolos, consoante as situações, conjugando a história com a modernidade.

No que ao trânsito respeitava, não pondo em causa a sua competência técnica ou idoneidade, adiantou que a aludida comissão de trânsito sempre assumira um carácter um pouco místico, passando sempre despercebida até ao surgimento de determinadas situações.

Quanto ao Alto das Covas, adiantou que também já lá encalhara no trânsito sem avançar um metro que fosse, enquanto os semáforos iam abrindo e fechando.

Independentemente do aumento do parque automóvel ou do factor comodismo, em que, cada vez mais, todos nós pretendemos levar o carro até à porta do emprego, da loja ou do café, defendeu que chegara a altura de se promover um novo estudo técnico de tráfego para a malha urbana, com a premissa de se decidir entre a prioridade a dar aos automóveis ou aos peões e a possível incompatibilidade entre ambos.

Felicitou a CM pela animação em Angra no período natalício, reflectida na forma como a cidade respirava e pulsava de gente.

Como nota final, entendeu chegado o tempo de se deixar de criar factos nebulosos, baseados no “diz que disse”, na insinuação, na provocação e na maledicência, transformando a política numa guerrilha constante eivada de ressentimentos pessoais, em nada dignificando aquela actividade nem a causa pública, concluindo com o ditado: “Um anão, mesmo em cima de uma montanha, não deixa de ser um anão”.

**O Sr. d.m. Vasco Capaz**, que na qualidade de membro dos corpos sociais da ACRA (Associação de Consumidores da Região Açores) integra a Comissão Municipal de Trânsito, depois de autorizado pelo Sr. presidente da Mesa, entendeu dever testemunhar a injustiça dos comentários proferidos ao funcionamento daquele órgão de conselho camarário, já que, pelo menos nas sessões em que participara, a comissão se limitava a apreciar as propostas, sugestões e requerimentos com origem nos munícipes, nas Juntas de Freguesia e na própria Câmara Municipal que, até, em reunião realizada no dia anterior, entendera obter dela parecer sobre determinado assunto, para assim poder fundamentar melhor a sua decisão.

Admitindo a existência em épocas anteriores de algum aconchego dos responsáveis camarários, escudando-se nas opiniões emitidas pela Comissão, dando a percepção que de decisões se tratavam, de facto não se tratava de nenhuma instituição com poderes divinos todo-poderosos, limitando-se os seus membros, normalmente de forma consensual, a emitir pareceres, sem que tivesse notado da parte do representante da EVT qualquer intenção de imposição dos seus pontos de vista.

Antes pelo contrário, pudera observar da parte daquele membro da Comissão a vontade de consertar procedimentos para a instalação de um moderno sistema de informação electrónico aos utentes daquele meio de transporte colectivo, com tecnologia avançada e, ao que lhe parecera, pioneiro nos Açores.

Agradecendo a possibilidade que lhe fora conferida, finalizou a sua intervenção, lembrando que a EVT não poderia ser responsabilizada pela largura da estrada na zona da Madre de Deus.

**A Sra. presidente da Câmara**, em resposta às várias interpelações, começou por esclarecer que tomara conhecimento da extracção de inertes junto ao campo de jogos dos Leões através do Sr. presidente da junta de freguesia do Porto Judeu, actividade cujo licenciamento não competia à CM, que apenas verificava o cumprimento das normas do PDM relativas àquela actividade.

Em conversa com o Sr. presidente da Junta de Freguesia, tivera também a oportunidade de confirmar as diligências tomadas junto da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e da Secretaria Regional da Economia, no sentido de apurar as situações daí decorrentes, designadamente ao nível da via pública, que poderia sofrer alguns danos a curto prazo, caso se mantivesse aquele nível de extracção.

Quanto à reunião realizada pelo Conselho do Governo, informou tratar-se de uma iniciativa do Governo Regional, habitual nos concelhos e ilhas onde não se registavam visitas estatutárias, designadamente S. Miguel, Terceira e Faial, para a qual solicitara a disponibilização dos Paços do Concelho, endereçando convite à presidente através de carta dirigida à Câmara Municipal, não sendo seu hábito fazer-se acompanhar por quem não fora expressamente convidado para o efeito.

Apesar da ampla divulgação dada aos assuntos debatidos, reafirmou que um deles tratara da desactivação do Hospital de Angra e da intenção manifestada pela empresa concessionária no novo uso a dar àquele espaço.

Um segundo assunto relacionara-se com a cedência do ginásio da escola de S. Carlos para a criação de um estúdio de gravação para a RTP Açores, numa primeira fase, e, logo que terminado o projecto “REACTIVAR” em funcionamento nas restantes 4 salas, ceder-se-lhe-ia o restante espaço, como forma de manter uma representação daquela empresa na ilha Terceira, pelo importante serviço público prestado, à ilha Terceira em particular e aos Açores em geral, como por exemplo se verificara no sismo de 1980.

Tratando-se de um assunto já abordado no mandato do anterior presidente José Pedro Cardoso, cujo enquadramento legal fora devidamente avaliado em reunião de câmara, e recentemente alvo de declarações do Sr. deputado nacional Luís Fagundes Duarte, relacionadas com a alegada pretensão, manifestada pelo responsável máximo nacional da empresa, em adquirir um espaço para as instalações da sua delegação na Terceira, contrariando as declarações do responsável regional, decidira clarificar a ambiguidade da situação remetendo um pedido de esclarecimento à direcção nacional da RTP, tomando conhecimento, após uma reunião realizada em Angra do Heroísmo com um dos elementos do conselho de administração, das intenções daquela estação em remodelar a escola de São Carlos, adequando-a às suas necessidades, por reunir todas as condições técnicas para o efeito.

Quanto ao ponto da situação do núcleo museológico do antigo hospital da Boa Nova, tema também debatido com o Sr. presidente do Governo Regional, obtivera a informação do desencadeamento do projecto de arquitectura, estimando-se o início das obras de reabilitação logo após a conclusão da nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.

Foram abordados ainda, entre outros assuntos, a situação dos contratos ARAAL do pavilhão do Posto Santo, do Centro Interpretativo da Serra de Santa Bárbara e da reabilitação das zonas costeiras da Serretinha e de S. Mateus.

Ao nível social, também se debateram as questões relacionadas com o Centro de Dia e Noite de Cinco Ribeiras, do ATL de Altares, adiantando que, em relação ao cais de cruzeiros e à reabilitação da marginal de Angra, o Governo Regional manifestara a intenção de apresentar à discussão pública no próximo mês de Janeiro o estudo prévio sobre a construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo.

Quanto aos 200 mil euros destinados a actividades culturais no concelho, esclareceu que o assunto nem tão pouco fora objecto de conversa com o Sr. presidente do governo, visto

que esse valor resultara de um protocolo entre a Culturangra e o Teatro Micaelense que, mediante uma proposta da empresa municipal, seria renovado em 2011.

No que ao problema do trânsito dizia respeito, corroborou as afirmações Sr. d.m. Vasco Capaz, reafirmando o carácter consultivo da Comissão de Trânsito, composta por um conjunto de parceiros indispensáveis à tomada de decisões do vereador com competência delegada na matéria, no caso vertente a Sra. Arquitecta Raquel Silva.

Constatando-se a persistência de um problema no trânsito da cidade, cingido ao Alto das Covas, especialmente no acesso a Santa Luzia pela rua Madre Deus, tal poderia minimizar-se com um novo arruamento ligando as traseiras da escola do Alto das Covas a Santa Luzia, proposta já incluída no Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra.

**A Sra. d.m. Carla Terra**, saudando os presentes, começou por se referir o perigo a que se sujeitavam as pessoas que circulavam no troço do Caminho do Meio compreendido entre a escola Tomás de Borba e o Império de S. Carlos, sobretudo utilizado por alunos daquela e da escola profissional de S. Carlos, situação que urgia resolver.

Conhecedora da disponibilidade de verbas para a construção de abrigos de passageiros, mostrou-se esperançada que a zona da escola Tomás de Borba não fosse esquecida, já que habitualmente os alunos se espalham pelo chão, sem um único lugar para se sentarem enquanto esperavam o autocarro, situação ainda mais desagradável em dias de chuva.

Considerou ainda a necessidade de alguns ajustamentos nos horários dos autocarros e respectivas paragens, para benefício dos utentes das unidades hoteleiras da zona Fanal/Silveira e do pólo universitário do Pico da Urze.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges**, afirmando não reservar nada de pessoal contra a o Sr. vereador Cota Rodrigues nem contra a Sra. presidente da Câmara, lembrou-a no entanto que faltara responder-lhe como presidente da Culturangra, aproveitando para a questionar sobre a data prevista para a conclusão das obras da calçada do Fanal que já começara a ruir.

Esclareceu que o CDS-PP não fazia crítica política, mas que apenas censurava actos políticos e titulares de cargos políticos, por se sentir no dever de o fazer perante os eleitores e contribuintes, como forma de evitar a repetição de situações passadas anteriormente, como as relativas às Sanjoaninas e à Associação Cultural Angrense.

Citando Manuel Alegre, não mantendo pretensões no desempenho de quaisquer cargos políticos, referiu que, enquanto deputado da Assembleia Municipal, ninguém o calaria, não faria parte dos “*jobs for the boys*”, vivendo exclusivamente do seu ordenado resultante do seu emprego de há 37 anos.

Finalizando, destacou os lamentos provenientes dos vereadores da oposição, espelhando bem o nível de transparência com que a Sra. presidente da Câmara tem exercido o seu mandato.

Exibindo uma foto, que entregou à Sra. presidente da Câmara, pretendeu espelhar o legado terceiro-mundista da CM numa obra à porta de sua casa, mostrando cinco homens e a gravilha acumulada do ano anterior.

**A Sra. presidente da Câmara**, que assumia a circulação pedonal entre a escola Tomás de Borba e a escola profissional de S. Carlos como uma preocupação camarária, já manifestada à delegação das Obras Públicas em Angra do Heroísmo, por se tratar de uma via da responsabilidade do governo regional, não vislumbrava como solução a criação de

um passeio naquela via, adiantando que uma das opções poderia passar pela colocação de semáforos de modo tornar mais segura a circulação de peões.

Reconhecendo a necessidade da colocação de mais abrigos para passageiros nas imediações da escola Tomás de Borba, adiantou, no tocante ao transporte de passageiros, que o novo caderno de encargos permitiria o alargamento do circuito dos “mini autocarros” aos Portões de S. Pedro, de modo a facilitar o acesso à Universidade dos Açores, podendo estender-se à Silveira durante a época balnear.

Quanto aos comentários proferidos pelo Sr. d.m. José Alberto Borges referentes a “tachos” de titulares de cargos políticos, esclareceu que fora eleita pelo povo de forma legítima, exercendo as suas funções com grande sentido de responsabilidade e cumprindo as normas legais de acordo com as obrigações da autarquia, enquanto aquele deputado estaria a fugir à responsabilidade dos seus actos, escudando-se atrás de palavras reveladores de um populismo exacerbado.

Sabendo-se que, como aliás em todas as profissões, existiriam políticos mais ou menos sérios, à semelhança da postura do actual Presidente da República aquele d.m. referia-se aos políticos como se ele próprio não o fosse, desmerecendo-se a si próprio ao desmerecer os outros, confiando que a sabedoria popular saberia fazer a devida distinção.

No tocante à calçada do Fanal, cedeu a palavra à vereadora Raquel Silva para alguns esclarecimentos.

**A Sra. vereadora Raquel Silva** adiantou que a referida calçada se encontrava concluída, faltando apenas a colocação da pérgula de homenagem ao Rotary Club, o que aconteceria naquela semana, devendo-se a ocorrência do abatimento de parte do seu pavimento ao peso do carro/grua e à passagem de algumas máquinas, situação já acautelada pelo empreiteiro que se responsabilizara pela sua reparação.

**O Sr. presidente da Mesa**, que, há muitos anos, quando estudante em Lisboa, se travara de razões com o seu colega Lopes da Mota por este o ter apelidado de garoto, fez lembrar ao Sr. d.m. José Alberto Borges o enorme peso das palavras por ele proferidas, não devendo em seu entendimento, na actividade política, as pessoas travarem-se de razões, exigindo o bom senso que as afirmações de falta de seriedade e de transparência fossem provadas em lugar próprio ou que pura e simplesmente não fossem proferidas.

Porque o nosso povo não gostava de arruaças, preferindo antes optar pela razão e pelo contraditório, quando utilizado com conta, peso e medida, pediu a todos os Srs. deputados municipais que tomassem na devida conta as suas palavras, porque só assim se poderia conviver em regime democrático.

**O Sr. d.m. Jorge Belerique**, reconhecendo que o assunto relacionado com o trânsito na cidade fora tratado de forma consensual por todas as bancadas, defendeu tratar-se de um problema de ordem global, nalgumas situações até caótico, enquanto a Sra. presidente tentara circunscrevê-lo ao Alto das Covas, apelando para que rapidamente se procedesse á elaboração de um novo estudo de trânsito e reordenamento viário, dado que, por vezes, se denotavam também alguns constrangimentos de trânsito na circular.

Trazendo de novo à baila o assunto dos novos cinzeiros/papeleiras, chamou de novo a atenção para o seu rápido entupimento com papéis diversos e todo o tipo de publicidade gratuita, devido à sua forma estreita e cilíndrica, esperando-se a intervenção da CM na rápida resolução daquele problema.



**A Sra. presidente da Câmara** lembrou que a autarquia já iniciara o processo de aquisição e aplicação de mobiliário novo no centro histórico, incluindo papeleiras com maior capacidade.

Informou que os novos contentores haviam já sido colocados, como facilmente se constatava pela sua nova cor cinzenta, notando-se melhorias em alguns locais, aguardando-se a aprovação do regulamento de resíduos, porque, em certas situações, apesar de alguma capacidade disponível, o lixo acabava por ser depositado nas suas imediações.

Em resposta à iniciativa de promoção do concelho numa unidade hoteleira de Lisboa, esclareceu que a Culturanga contara com o apoio de várias entidades públicas e privadas e que os custos se limitaram às ajudas de custo dos três funcionários da empresa municipal que para o efeito lá se deslocaram.

Revelando-se uma iniciativa com algum sucesso, envolvendo diversas acções, desde a arte à gastronomia, permitiu também o estabelecimento de contactos com outras entidades que, em jeito de intercâmbio, manifestaram disponibilidade para desenvolver algumas actividades em Angra do Heroísmo.

No tocante à questão do escoamento das águas da escola de S. Sebastião, colocada pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro, adiantou tratar-se de uma parceria entre os SMAH e a Secretaria Regional da Educação, da qual pretendia obter informação mais detalhada, julgando garantida uma adequada capacidade de escoamento.

Finalizando, aconselhou o uso mais frequente da meditação e da reflexão silenciosa, recordando a homilia do domingo anterior, na qual o sacerdote enaltecera a postura de S. José, de quem não se conheciam palavras, por se remeter mais ao silêncio.

**O Sr. presidente da Mesa**, constatando o prolongamento do Período de Antes da Ordem do Dia para além da hora regimental atribuída, onde se haviam tratado já questões referentes ao período seguinte, considerou a possibilidade de o alargar para 1H30M.

## **D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 - DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 29 de Setembro a 22 de Dezembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.**

**A Sra. presidente da Câmara**, considerando que já muito fora dito relativamente à actividade municipal, elencou as principais actividades levadas a cabo, de que ressaltou a reunião com o Sr. presidente do governo regional decorrida naquela mesma sala, na qual se conciliaram objectivos e acções estratégicas: o Projecto “Por Favor Não Caia” destinado à população mais idosa, desenvolvido em conjunto com o INATEL e todas as juntas de freguesia; o Encontro de Coros inserido nas actividades natalícias, que encheu por completo a igreja de S. Francisco durante dois magníficos dias de espectáculo, reveladores da dinâmica cultural do concelho e do acompanhamento técnico prestado aos grupos corais da ilha Terceira ao longo dos últimos anos.

Destacou também a assinatura de um protocolo entre a CM e a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, no valor de 150 mil euros, relativo à Feira de S. João 2011 e a outros eventos taurinos a ocorrer durante as festas Sanjoaninas, atribuindo ainda relevância à elevação das passadeiras e à reabilitação de alguns passeios no centro histórico, actividades a prosseguir com uma empreitada prevista para 2011, a qual permitiria a reabilitação de algumas calçadas e arruamentos e a substituição de algum mobiliário urbano, incluindo as já mencionadas papeleiras.

**O Sr. d.m. João Santos**, referindo que, apesar da Comissão de Trânsito nem sempre ter funcionado como actualmente nem do antecedente se registar com ela um relacionamento camarário como o actual, no seu entender a problemática do trânsito dever-se-ia mais à ineficácia da PSP, com co-responsabilização da CM, aconselhando as circunstância a revisão de alguns aspectos do estudo de trânsito.

Espelhando aquela situação, a ser objecto de uma futura Recomendação a apresentar à AM, encontrar-se-ia o caso do estacionamento no troço compreendido entre a entrada para a discoteca *Twins Pub* e a rotunda da Silveira, cujo sinal de proibição de parar e estacionar estranhamente desaparecera 15 dias após a sua colocação, permitindo uma interpretação menos clara daquela circunstância, reforçada pelas atitudes de má-criação do proprietário de um dos estabelecimentos lá existentes, ameaçando pontapear os carros e lançar impropérios aos condutores que se mostrassem desagradados com aquela situação.

Em flagrante contraste com a entrada Este da cidade, agora com acrescido motivo de orgulho dos angrenses pela construção do fantástico monumento ao toiro na rotunda contígua à Praça de Toiros, recordou que, certo dia, encontrando-se um camião estacionado do lado direito, no sentido Silveira/Portões de S. Pedro, a descarregar cimento para enchimento de uma placa de um dos estabelecimentos, e algumas viaturas estacionadas no lado oposto, apenas sobrava espaço para a passagem de uma única viatura, com o evidente prejuízo para a fluidez do trânsito sempre muito intenso naquela zona.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, relativamente ao documento em apreciação, decidiu questionar a Sra. presidente da Câmara sobre os seguintes pontos:

- Quais os custos envolvidos num almoço para mil idosos do concelho, realizado no Clube de Golfe;
- Quais as despesas relativas ao Congresso Internacional de Actividade Física e se fora elaborado relatório dos resultados obtidos para o concelho e dos dados referentes à adesão dos munícipes, e ainda as razões da presença de um único palestrante local nesse congresso, parecendo-lhe tratar-se do mesmo fisioterapeuta do projecto dos idosos. Quis também saber qual o critério que conduziu à selecção dos dois países convidados, Dinamarca e Suécia, em vez de países mediterrânicos como a França, Espanha ou Itália, grandes potências desportivas a nível europeu e mundial com mentalidades idênticas à nossa e se a sua realização se reflectiria na melhoria das políticas de desporto do município;
- Deu ainda conta de algumas queixas de munícipes relativas ao cancelamento de algumas actividades e alterações ao programa “Angra Activa”, do qual se desconheciam balanços, conclusões e dados referentes à participação dos munícipes, nessa e noutras actividades patrocinadas pela autarquia em associação com entidades privadas, como o Festival “Epicentro”.

- Tendo recebido a informação de baixa participação do público na Semana Angrense levada a cabo no hotel Marriott em Lisboa, apesar da qualidade do evento e dos concertos, quis saber qual a entidade promotora desse evento e que avaliação dele faria a Sra. presidente, uma vez que o hotel ficava distante do centro de Lisboa e das melhores acessibilidades.
- Como última questão, relacionada com o apoio dado pela CM às novas instalações da AJITER localizadas no Pico Redondo da freguesia de S. Bento, julgava chegada a altura de se discutir publicamente o crescimento daquela associação e os apoios públicos que lhe têm sido concedidos, sem paralelo em qualquer outra instituição do género, para além da grande ligação à Juventude Socialista cujos militantes compõem a maioria dos seus associados, verificando-se com certa frequência intervenções públicas de cariz político do seu presidente, ora atacando dirigentes dos partidos políticos da oposição, ora agindo como veículo de comunicação do poder, seja ele autárquico ou regional, como se aquela associação constituísse um meio legal para o financiamento de actividades da Juventude Socialista com dinheiros públicos. Assim, como deputado municipal, sentira-se na obrigação de denunciar uma situação que lhe parecia menos correcta, dando a impressão que todas as propostas oriundas da referida associação se revelavam mais importantes do que outras.
- No âmbito da sua actividade profissional, face ao recente investimento numa campanha gratuita de “chipagem” e vacinação de canídeos no concelho, quis saber se procedera à identificação do maior número possível de proprietários responsabilizando-os pelo abandono dos seus animais, uma vez que se constatava que, dos 330 canídeos abatidos, apenas 65 deles haviam sido devolvidos ou adoptados.

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, afirmando solenemente que não se referiria a problemas de trânsito, declarou a substituição do sintético do Campo de Jogos Municipal de Angra como obra de extrema importância, permitindo o seu uso diário por centenas de crianças e jovens do concelho praticantes de desporto.

Prestando a devida atenção à imprensa da especialidade, auscultando críticos e toda uma panóplia de jornalistas e entendidos na matéria, poderia constatar-se a elevada projecção da cidade, não só por via do festival Angra Jazz, como do Festival de Folclore do COFIT ou outras iniciativas do género, apesar do levantamento de algumas vozes cépticas relativas ao seu êxito e importância aquando da sua criação, revelando-se, volvidos 12 anos, cada vez mais, como uma estratégia concertada de promoção do concelho e da ilha.

No tocante à semana angrense realizada em Lisboa e outras iniciativas de promoção do concelho no exterior, lembrou que na BTL, prevista para Fevereiro de 2011, se faria a promoção dos destinos turísticos para 2012, visto que o retorno de um investimento promocional não se revelava em horizontes temporais imediatos, mas sim como algo construído de forma gradual, com resultados mais dilatados no tempo.

Inserindo-se este tipo de eventos numa lógica de investimento na promoção e não em vectores meramente contabilísticos, convinha atentar-se que o efeito multiplicador directo ou indirecto da vinda de um grande número de turistas por via de uma campanha promocional se reflectia fortemente na economia.

No tocante às declarações respeitantes à AJITER e à Juventude Socialista, se por um lado ninguém deveria receber benefício pela sua crença política, ideológica, religiosa ou outra, também não deveria ser prejudicado pelos mesmos motivos, devendo antes levar-se em

linha de conta para a atribuição dos apoios o mérito e a capacidade de inovação das organizações, em vez da cor do cabelo ou filiação partidária dos seus dirigentes.

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** sugeriu que a CM procedesse à pintura de algumas passadeiras na Praça Almeida Garrett, na avenida infante D. Henrique, na rua Francisco Ornelas junto à igreja da Conceição e na rotunda à saída do hospital, assim como a alteração do tracejado de estacionamento junto à escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade como já fora prometido.

Relatou também algumas queixas dos moradores na rua Conde Sieuve de Menezes relativas a alguma sujidade e danos no passeio acima do cruzamento até ao cemitério, onde também se têm verificado algumas actividades socialmente condenáveis.

Solicitou ainda mais informações sobre os terrenos do Seminário necessários ao alargamento do caminho das Figueiras Pretas, questionando qual o destino a dar ao piso sintético retirado do campo de jogos de Angra, ainda em bom estado, podendo ser utilizado para outros fins.

**A Sra. presidente da Câmara** concordou com a pertinência atribuída ao assunto colocado pelo Sr. d.m. João Santos referente ao estacionamento na Rua Diogo de Teive junto à Silveira, já que, morando para aqueles lados e passando ali frequentemente, constatava que os condutores se viam obrigados a transpor um traço contínuo para contornarem as viaturas ali estacionadas durante longos períodos de tempo.

Sobre os custos envolvidos no almoço do dia do idoso, em tudo idêntico ao do ano passado, esclareceu o Sr. d.m. Luis Rendeiro que se cifrara em 14 euros por pessoa, perfazendo um total de 14 mil euros.

Quanto ao Congresso Internacional de Actividade Física, realizado com o propósito de encontrar soluções tendentes a alterar os hábitos da população e a promover estilos de vida mais saudáveis, lamentou a escassa presença de técnicos e dirigentes desportivos num evento de alto nível técnico, provavelmente por coincidente com o horário da actividade escolar.

Desconhecendo ainda os seus custos efectivos, informou que os mesmos se relacionavam com as acções levadas a cabo para a sua promoção, para além dos encargos com o transporte aéreo e estadia dos participantes vindos do exterior, e que, segundo informações obtidas junto dos técnicos da Culturangra, entidade organizadora do evento, as escolhas recaíram sobre a Dinamarca e a Suécia, por se constituírem como países europeus exemplares nas áreas abordadas no certame.

Quanto à alegada presença de um único palestrante, não dispondo no momento do programa em seu poder, adiantou que, para além de um técnico da Culturangra, contara com intervenções do Director Regional do Desporto e do Sr. professor Félix Rodrigues, na qualidade de professor universitário.

No que ao festival “Epicentro” dizia respeito, adiantou tratar-se de uma iniciativa de elevado interesse, quase uma feira de actividade física, envolvendo crianças do 1º e 2º ciclo.

Sobre o projecto “Angra Activa”, que abrangera um conjunto de iniciativas diurnas e nocturnas envolvendo os empresários da zona da baía, independentemente de uma maior ou menor adesão às actividades previstas, após avaliação relativa a ajustes de horários e à sua continuidade, consideravam-se alcançados os objectivos relativos à promoção da actividade nocturna associada aos bares e obtido retorno favorável das acções diurnas relacionadas com diversas actividades físicas e familiares.

Relativamente à semana angrense no hotel Marriott em Lisboa, considerou que já tudo fora dito, e que, devido ao interesse das entidades privadas na divulgação dos seus produtos e na promoção da marca “Açores”, decorrerá com custos bastantes reduzidos para a CULTURANGRA.

Quanto à inauguração das novas instalações da AJITER, esclareceu que participara como convidada, à semelhança de outros eventos que requeiram a presença da presidente da Câmara Municipal ou de um seu representante.

Constatando que aquela associação de jovens tem desenvolvido um vasto programa de actividades, adiantou que, apesar de a CM não ter contribuído para o financiamento daquela obra, já o fizera em relação a outras duas iniciativas, dentro do limite de 400 mil euros, e que algum tratamento privilegiado eventualmente prestado resultaria do mérito do seu trabalho e não da filiação partidária dos seus dirigentes.

No tocante à vacinação dos canídeos do concelho, lembrou que, após o início da campanha, se reduzira significativamente o número de abates, verificando-se um aumento considerável de adopções e que, cada vez que um animal possuidor do chip era encontrado, se procedia ao contacto com o respectivo dono com vista à devolução do animal. Para além disso, o Plano de Investimentos da autarquia previa a aquisição de uma viatura para o projecto “A Casota” e o início das obras do canil e “gatil” municipal.

Em resposta ao Sr. d.m. Guilherme Melo, informou que constava do Plano e Investimentos da autarquia uma empreitada para pintura de estradas e sinalização horizontal e que a situação relativa à rua conde Sieuve de Menezes seria objecto de avaliação.

Quanto à aquisição dos terrenos do seminário, informou que aquela instituição apresentara uma contraproposta à CM para que ficasse isenta do pagamento de água durante vários anos. Constatada a ilegalidade do proposto, após a adequada avaliação jurídica, a CM reafirmara a intenção de aquisição dos referidos terrenos, aguardando-se resposta.

Por fim, informou que o piso sintético removido do campo de jogos municipal se encontrava guardado num pavilhão localizado no aterro intermunicipal, alvo já da manifestação de vontade de reutilização por parte das juntas de freguesia das Doze Ribeiras, S. Pedro e Santa Luzia.

**A Sra. d.m. Anabela Gomes** agradeceu as felicitações pelo seu doutoramento, esperando que as ideias defendidas na sua tese, fundamentadas em 6 anos de ensaios de campo, não ficassem na gaveta, mas antes servissem de ajuda à agricultura.

Como garantia da adequação de uma qualquer obra complexa a realizar, reconhecia-se de grande importância a fase de estudo do anteprojecto, como forma de posteriormente se evitarem gastos excessivos, como sucedera com as reduzidas dimensões da ETAR angrense e todos os problemas daí resultantes, em nada comparáveis ao enorme projecto previsto para a empresa intermunicipal de tratamento de resíduos a criar, relevando ainda a importância da consulta a alguns projectos já em funcionamento noutros lugares, com vista à escolha da solução mais adequada.

No tocante às questões relativas aos estacionamento na rua Diogo de Teive, em S. Mateus e na Terra Chã, sugeriu que, de futuro, a CM não autorizasse a abertura de qualquer estabelecimento comercial, sem que fosse disponibilizado o espaço adequado para estacionamento.



Sugeriu ainda maior intensidade na fiscalização do estacionamento na rua entre o Pico da Urze e a Universidade dos Açores, uma vez que de há seis meses a esta parte os seus passeios, embora largos, serviam para o estacionamento sistemático das viaturas dos moradores da zona, sobretudo de manhã e à hora de almoço, obrigando os peões, maioritariamente alunos da universidade, a circularem pelo meio da via.

Embora defensora acérrima dos direitos dos animais, no seu entender, os canis deveriam ser entendidos como lugares temporários, por não apresentarem as mínimas condições de vida para os animais que por vezes se matavam uns aos outros, devendo ser abatidos ao fim de 15 dias, caso não fossem adoptados.

Sugeriu ainda, sobre este aspecto, a aprovação de uma lei impeditiva das pessoas possuírem mais do que 3 cães devidamente identificados, evitando-se, como por si testemunhado, que um só dono nas Cinco Ribeiras possuísse 6 ou 7 cães amarrados à chuva durante todo o dia.

**O Sr. d.m. João Maria Mendes** manifestou-se contra a cedência de qualquer imóvel municipal à RTP, já que, se aquela empresa pública possuía dinheiro para investir em S. Miguel, também o deveria ter para investir na ilha Terceira, adiantando que o Sr. deputado Luís Fagundes Duarte ouvira muito bem o que lhe transmitiram os responsáveis nacionais pela empresa sobre disponibilidade de verbas a investir na ilha Terceira.

Alegando nada o mover contra o Sr. Pedro Bicudo, administrador da RTP-A e seu ex-colega no seminário menor, considerou institucionalmente muito desagradável que houvesse dinheiro para investir num sítio e não no outro, lamentando a tentativa de chantagem esgrimida sobre a eventual deslocalização das instalações da delegação da RTP de Angra para a Praia da Vitória.

Salientando o esforço conjunto das duas autarquias com vista à resolução do grave problema da recolha e tratamento de resíduos na ilha Terceira, situação ambiental com a qual todos nos deveríamos preocupar, recordou que há algumas reuniões atrás os deputados do CDS-PP se haviam absterido ou votado contra a proposta para a criação da referida empresa intermunicipal, alegando desconhecer as técnicas a utilizar no tratamento de lixos, defendendo então a sua inclusão nos respectivos estatutos, reclamavam agora da consulta e recolha das informações necessárias à tomada de decisão.

Expressou por fim o apoio do seu partido às acções desenvolvidas por ambas as autarquias, tendentes a encontrar a melhor solução para um problema que, sendo de todos, não se resumia apenas à Câmara Municipal nem ao partido que a representava.

**A Sra. presidente da Câmara**, reconhecendo a necessidade de recolher um maior número opiniões com vista a uma decisão definitiva, esclareceu que a cedência de instalações à RTP-A partira de uma decisão da CM e não dela própria, lembrando também que as decisões relativas à recolha de informações para a criação da empresa intermunicipal para tratamento de lixos têm sido partilhadas pelos executivos de ambas as autarquias e, sempre que possível, com o público em geral, no sentido de se evitarem decisões desadequadas penalizadoras, no futuro, dos munícipes.

**O Sr. presidente da Mesa**, pelas 12H30 interrompeu os trabalhos para almoço, marcando o seu reinício para as 14H15.

**O Sr. d.m. Paulo Vieira**, no reinício dos trabalhos, felicitou o Sr. presidente da Mesa pela atitude imparcial da sua conduta, fomentadora de uma relação de boa educação entre

todos os membros da AM, aproveitando a ocasião para endereçar votos de Boas Festas e Bom Ano Novo a todos os presentes.

Destacando a intervenção do Sr. d.m. Vasco Capaz sobre a Comissão de Trânsito, reconheceu que a dada altura também questionara o seu funcionamento, lembrando tratar-se de um órgão autónomo e independente do qual faziam parte a Secção de Trânsito da PSP, a Direcção Geral de Viação, representada pelo Sr. Eng. Almeida Nunes, contando no futuro com um representante das escolas de condução.

Entendeu ainda que, enquanto não houver educação, bom senso e cumprimento das regras, nunca se resolveriam os problemas do trânsito, cujas alterações deveriam promover o bem comum em detrimento do incómodo de alguns.

Considerando que, apesar da obrigatoriedade de defesa do património, não se poderia fugir à topografia da cidade, designadamente na alteração dos seus acessos, ao pensar-se num novo Plano de Circulação rodoviária ou na actualização do existente, deveria atentar-se nas prioridades, excluindo a dualidade de discursos de uma mesma força política.

Como fotógrafo e instrutor de condução, se a determinadas horas fotografasse a zona do Alto das Covas, muito provavelmente apanharia em infracção muitos dos d.m. ali presentes, parados em segunda fila, fora da bolsa criada para entrada e saída de passageiros.

Referiu também que a Comissão de Trânsito não corporizava nenhuma entidade fantasma, correndo a CM o risco de ser criticada por não ouvir as entidades com competência na matéria, caso não acatasse as suas decisões.

Quanto às críticas lançadas à EVT por um colega de bancada, referiu que a dita empresa apenas se pronunciara em relação às dimensões das suas viaturas e ao estrangulamento de algumas artérias da cidade.

A situação da Silveira, onde se proibia o estacionamento e não a paragem, levaria a algumas reclamações por parte dos estabelecimentos comerciais, quanto a cargas e descargas, sendo no entanto possível o seu enquadramento nos princípios da segurança rodoviária e do código da estrada.

No tocante às actividades desenvolvidas pela Culturangra, destacou o encontro de coros da ilha Terceira realizado a 10 e 11 de Dezembro que, apesar das condições atmosféricas adversas, encheu por completo a igreja de N. Sra. da Guia no museu.

Em relação aos novos contentores de lixo, considerou-os uma boa escolha por possuírem uma tampa mais pequena incluída na maior e exigirem menos força física na sua abertura, facilitando a colocação do lixo e proporcionando melhores condições de higiene e capacidade de retenção de cheiros.

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves**, temendo que o alargamento da via circular para 4 faixas ficasse condicionado com os viadutos de acesso ao novo hospital, sugeriu também que se deslocasse a passadeira em frente ao edifício do bowling ou fosse lá colocado algum tipo de gradeamento que proporcionasse maior segurança, por a porta não ser visível pelos condutores e por vezes as crianças saírem do edifício a correr.

Considerando as contas dos SMAH apresentadas no relatório, que se resumiam a 11 meses, com uma taxa de execução de 49% nas despesas de capital e de 65% nas despesas gerais e as da CM com um pouco menos, por se referirem a um período inferior, quis

saber se seria possível antecipar alguma previsão relativa ao aumento das execuções das contas de ambas as entidades.

Solicitou também alguns esclarecimentos relativamente ao Plano de Pormenor da Zona Classificada, por não se encontrar referido no relatório de forma clara.

Respondendo ao Sr. d.m. João Maria Mendes, esclareceu que o CDS-PP defendera que as técnicas a aplicar deveriam ser conhecidas antes da decisão da criação da empresa, com o consequente impacto no estudo económico e nos estudos apresentados, o que não impedia o seu apoio a uma gestão conjunta dos resíduos sólidos na ilha.

Por último, possuindo a CM um técnico firmado como especialista na área dos serviços municipalizados, mostrou algumas reticências à necessidade de tanta formação em áreas que à partida já deveriam ter sido estudadas.

**O Sr. d.m. Carlos Pinheiro** desejou saber se a Sra. presidente da Câmara já obtivera alguma resposta relativamente ao estado de degradação em que se encontrava o edifício da antiga fábrica de lacticínios na Grota do Vale, visto que o engrandecimento daquela entrada da cidade proporcionado pelo monumento ao Toiro, como referido pelo Sr. d.m. João Santos, se encontrava ofuscado com aquele edifício que apenas servia para jogar “paint ball”.

A finalizar, em nome da Junta de Freguesia da Feteira, expressou os seus agradecimentos à Sra. presidente da Câmara e a todos os presidentes de junta pela colaboração e presença nas comemorações do 104º aniversário daquela freguesia.

**A Sra. presidente da Câmara**, informando o Sr. d.m. Nuno Melo Alves que os assuntos relativos ao trânsito seriam levadas em linha de conta na respectiva reunião, mostrou-se esperanzada no ligeiro aumento dos níveis de execução, atendendo à recente revisão ao orçamento dos SMAH com o intuito de suprimir algumas acções relativas ao aterro e outras relacionadas com a água, designadamente a empreitada de reabilitação da rede de águas na freguesia da Terra Chã, uma das previstas para cinco freguesias do concelho, cuja execução financeira se cifraria num montante inferior ao da respectiva adjudicação.

Deu também conta de uma reunião a realizar no início de Fevereiro com a comissão de acompanhamento composta pela Direcção Regional de Ordenamento do Território, Câmara Municipal e DRAC, com o objectivo de colocar o Plano de Pormenor à discussão pública no final desse mês ou início de Março.

Quanto à situação do citado imóvel da Grota do Vale, lembrou tratar-se de propriedade privada com um processo de licenciamento em curso na CM para a construção de um Retail Park.

**O Sr. d.m. José Gabriel Silva**, reafirmando também a preocupação da Junta de Freguesia da Conceição, relativamente à rua conde Sieuve de Menezes, aguardava da CM, conforme pedido já formulado, a mesma atitude em relação ao resto daquela via, esperando que os moradores que reclamaram junto do Sr. d.m. Guilherme Melo não fizessem mais um abaixo-assinado contra o arranque das árvores, responsáveis pelo levantamento do piso dos seus passeios.

Admitindo que as alegadas actividades duvidosas praticadas naquele local tinham origem no fornecimento de metadona aos toxicodependentes pelo Centro de Saúde de Angra do Heroísmo localizado nas proximidades, propôs-se, com base nas informações então colhidas, indagar do que se estaria a passar.

Quanto à situação das calçadas e das pinturas, elegendo a freguesia da Conceição como a detentora de mais calçadas por reparar, mostrou-se satisfeito ao perceber a atribuição de verbas para aquele efeito, esperando que daquela vez a Câmara Municipal se lembrasse da sua freguesia, dada a sua ausência dos três pacotes de reparação de estradas já levados a cabo, registando-se casos de absoluta urgência como o da rua da Guarita que mais parecia uma ribeira em dias de chuva.

Em relação ao trânsito, esperava que a Sra. presidente não se esquecesse do Alto das Covas, quando pretendesse resolver os problemas relativos ao estacionamento na Silveira e em S. Mateus.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges**, congratulando-se com o novo piso sintético do campo de jogos de Angra do Heroísmo, alertou para a degradação em que se encontravam a porta principal e os muros de vedação.

Quanto ao Pavilhão Municipal, chamou a atenção para a necessidade urgente de execução de algumas obras, designadamente nos balneários e pinturas, para além da aquisição de novos aparelhos, cuja inoperacionalidade poderia obrigar os clubes ao pagamento de multas desnecessárias.

Relativamente ao Pavilhão Multiusos, pelos vistos idêntica preocupação deveria ser tida em conta, já que, segundo lhe constara, sofria de infiltrações.

Manifestando concordância com a posição do Sr. d.m. João Maria Mendes sobre as instalações destinadas à delegação da RTP - A, incentivou-o a apresentar uma Proposta a ser votada na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Lamentando as remodelações em curso no Largo de São Lázaro, numa obra realizada pela gestão socialista, com o conseqüente esbanjamento de dinheiro, dirigindo-se aos Srs. deputados José Gabriel Silva e Guilherme Melo, alegou em tom jocoso que provavelmente o problema da toxicod dependência estaria resolvido devido ao aparecimento do Kit “Snif” inventado pelo Partido Socialista e a ser pago por todos, destinado ao tratamento desses rapazinhos que, infelizmente, seriam uns doentes.

**O Sr. presidente da Mesa**, atribuindo uma estranha gravidade nas afirmações do Sr. d.m. José Alberto Borges, pediu-lhe que explicasse melhor o sentido da sua intervenção.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges** explicou que lera algo no jornal sobre a distribuição de um kit com material para toxicod dependentes.

**A Sra. presidente da Câmara** explicou que a substituição do piso sintético do campo de jogos municipal correspondia à primeira fase das obras de adaptação às regras impostas pela FPF, seguindo-se-lhe uma segunda relativa às obras de manutenção, a realizar ainda durante o ano em curso, esperando-se apenas melhores condições atmosféricas para a caiação do muro e reparação da porta.

No tocante às obras de manutenção do edifício do bowling, deu conta de uma reunião, realizada no dia anterior, do conselho de administração da Culturangra para análise das verbas necessárias às intervenções a realizar na cobertura daquela estrutura e no equipamento informático de suporte ao jogo, mediante proposta de alteração do contrato/programa.

Relativamente ao pavilhão municipal, referiu as várias melhorias recentemente efectuadas, nomeadamente a substituição do piso, pensando dever entender-se como natural uma certa degradação das canalizações decorridos 20 anos de uso, situação já devidamente equacionadas no Plano de Investimentos da autarquia.

Causando-lhe também alguma perplexidade as últimas intervenções do Sr. d.m. José Alberto Borges, no seu entendimento as pessoas a quem se referira deveriam antes ser considerados doentes com dependências, podendo alguns até possuírem laços de parentesco com alguns dos membros da Assembleia Municipal.

Enfatizando o pedido de esclarecimento solicitado pelo Sr. presidente da Mesa, recomendou maior contenção nas palavras e mais respeito pelos cidadãos, porque todos poderiam ter na família alguém que padecesse daquele problema.

**O Sr. d.m. Fábio Vieira**, reclamando contra a colagem entre a AJITER e a Juventude Socialista (JS) atribuída demagogicamente pelo Sr. d.m. Luis Rendeiro, adiantou que o presidente daquela associação, Décio Santos, apesar de militante, não desempenhava qualquer função directiva na JS, desconhecendo a situação dos restantes membros da direcção. Estranhou ainda a ausência de qualquer referência ao assunto por parte daquele d.m. durante os trabalhos do Conselho Municipal para a Juventude recentemente realizado, local adequado para questionar o dirigente da citada associação sobre falta de transparência ou favorecimento de apoios.

Classificando as intervenções do Sr. d.m. José Alberto Borges como regurgitação de bília política, em cruzada contra um membro da CM, entendeu-as como atitudes indignas, não só para com o partido que representava como também para a própria Assembleia Municipal.

Convicto de que aquele d.m. falara da toxicodependência sem qualquer conhecimento de causa, já que mostrara desconhecer as regras estratégicas da Organização Mundial de Saúde e até pronunciara incorrectamente a palavra “kit”, lembrou que a toxicodependência era uma questão técnica, não ideológica, e um problema de saúde pública e que o referido kit, pago com dinheiros públicos, se destinava a minorar a possibilidade de propagação de doenças.

Ao terminando, citando o provérbio latino: “*ne sutor supra crepidam iudicat*”, aconselhou o Sr. d.m. José Alberto Borges a consultar o dicionário em busca do seu significado.

**A Sra. d.m. Alódia Costa e Silva** solicitou algumas explicações à Sra. presidente da Câmara sobre o ajuste directo de um quiosque para a Praça Velha e chamou uma vez mais a atenção para o elevador do edifício dos Côrte-real, que continuava sem funcionar, e para a deficitária iluminação do respectivo parque de estacionamento.

No tocante à aquisição de bens e serviços, sugeriu que em futuros documentos informativos da actividade camarária fossem mencionadas as empresas com as quais se adoptara a modalidade de procedimento administrativo por ajuste directo.

**A Sra. presidente da Câmara** explicou que o referido quiosque já fora adquirido e que se destinava, conforme constava no Plano de Investimentos da autarquia para 2010, à reabilitação do mobiliário da Praça Velha.

Adiantou ainda que fora distribuída em reunião de câmara uma informação da Culturanga relativa às intervenções feitas no jardim dos Côrte-real, designadamente as diligências efectuadas com vista à operacionalização do elevador, não tendo sido comunicada à CM qualquer informação relativa à iluminação daquele espaço, situação que seria tida na devida conta.

**O Sr. d.m. Guilherme Melo**, exercendo a sua actividade profissional na freguesia da Conceição, em conversa com pessoas residentes nas imediações e nas caminhadas que habitualmente efectua no intervalo para o almoço, constatava que a situação relativa à



permanência de alguns toxicodependentes na rua Conde Sieuve de Menezes ocorria durante a noite, devido à ausência de habitações no troço mais próxima do cemitério.

Por fim, salientando que o piso da avenida Infante D. Henrique se encontrava em pior estado que o da rua da Guarita, explicou ao Sr. d.m. José Gabriel Silva que as suas intervenções visavam uma maior sensibilização da CM para a resolução daquelas e de outras situações.

**O Sr. d.m. João Santos**, dirigindo-se ao Sr. d.m. Luís Rendeiro, lamentou que, nos termos da informação prestada pelo seu colega d.m. Fábio Vieira, a AJITER não possuísse um maior número de militantes da Juventude Socialista, por qualquer partido político se dever orgulhar de ter no seu seio gente tão dinâmica, sugerindo ao Sr. d.m. Luís Rendeiro que especificasse as suas acusações relativas aos apoios concedidos à AJITER e quais os recusados a outras associações.

Relativamente a conotações políticas, perguntou-lhe se saberia quem presidia aos destinos da irmandade de N. Sra. do Livramento, da Santa casa da Misericórdia, da ACM, com as suas novas instalações, quem estava também à frente da Cáritas, que eventualmente teria mais técnicos superiores que a Direção Regional, e quem liderava o Clube de Judo de Angra do Heroísmo, a quem não têm sido recusados quaisquer apoios.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, receando que a Sra. d.m. Alódia Costa e Silva não se tivesse feito entender, desejou saber se o parque de estacionamento do piso térreo do edifício dos Côrte-real estaria a ser utilizado para outros fins, resultando da pouca iluminação da escadaria exterior o agravamento do risco de queda dos seus utilizadores e uma maior probabilidade de utilização das zonas mais escuras para a prática de consumo de drogas.

**A Sra. presidente da Câmara**, em resposta a um aparte Sr. d.m. Nuno Melo Alves, informou que a redução da iluminação na marginal se devera a uma solicitação da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para que a autarquia reduzisse em 50% a iluminação nas zonas à beira-mar durante a campanha “S.O.S. Cagarro”.

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves**, sublinhando a legitimidade e fundamentação ideológica das tomadas de posição do seu partido, enquadrou o financiamento da toxicodependência como uma opção política e uma questão de segurança e não de saúde pública, por não se tratar de nenhuma doença contagiosa como a gripe A ou uma gripe comum.

Ironizando, referiu que elementos de cada uma das bancadas levantaram suspeitas em relação a certos aspectos.

**O Sr. presidente da Mesa**, sentindo-se violentado se não intervisse, salientou com vigor que o alcoolismo e a toxicodependência não eram questões ideológicas, mas sim doenças graves, solicitando ao Sr. d.m. Nuno Melo Alves que distinguisse entre as doenças que deviam, ou não, ser pagas pelo erário público.

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** afirmou que o CDS-PP o faria quando fosse governo e classificou a toxicodependência como “doença auto-induzida”.

**O Sr. presidente da Mesa**, contrapondo, afirmou que todas as doenças deveriam ser tratadas de igual forma, não existindo nenhuma razão ideológica que justificasse que o cancro devesse ser tratado de forma diferente da toxicodependência, considerando absurda e monstruosa a afirmação de que algumas doenças deveriam ser tratadas com base no erário público e outras não.

**O Sr. d.m. Francisco Barros** recomendou a leitura do recente relatório do Observatório Europeu de Drogas e Toxicodependências, no qual se anunciava exaustivamente a

toxicodependência como uma questão de saúde pública, revelando-se o álcool, ao contrário do que se poderia pensar, uma dependência mais preocupante do que os opiáceos, a cannabis ou a cocaína, por causar ainda maior número de vítimas.

Recordou uma intervenção do antigo d.m. Aurélio da Fonseca, num mandato anterior, em que se discutira a necessidade de adopção de políticas de prevenção e apoio aos toxicodependentes e de acompanhamento às famílias com membros no seu seio naquelas condições, vítimas de gravíssimas disfunções sociais, criticando com veemência a ignorância revelada na afirmação de que tal se trataria de um problema de auto-indução e não de saúde pública, como se alguém um dia acordasse e resolvesse tornar-se toxicodependente.

Considerando que os dinheiros públicos deveriam ser usados sem qualquer preconceito ou hesitação para minorar tamanha chaga, constituída como uma frente de batalha sem solução à vista, em pé de igualdade com as restantes enfermidades, alegou que até a ignorância tinha limites, anunciando que o seu grupo municipal não pactuaria com qualquer tipo de discriminação, sob pena de se lançarem para um gueto aqueles que amanhã poderiam ser os nossos familiares.

**O Sr. presidente da Mesa**, pedindo desculpa à Assembleia pela emotividade da sua intervenção, referiu que em 1993, então na qualidade de deputado à ALR, na sequência do falecimento de um jovem, propusera àquele órgão legislativo a criação na ilha Terceira de uma delegação da Polícia Judiciária, o que viria a verificar-se 4 anos depois.

Na altura, em que o problema já se revestia de tremenda gravidade, abarcando todas as ilhas de Santa Maria ao Corvo, 22 dos 24 deputados do seu grupo parlamentar, então na oposição, achavam com total convicção e ignorância que não existia droga na ilha Terceira e nos Açores, à excepção de uma Sra. deputada mais consciente, professora na ilha do Faial.

Pedindo desculpas ao Sr. d.m. Nuno Melo Alves pelo uso de um tom mais elevado, reiterou a opinião de que a toxicodependência se constituía como um problema de saúde pública e um drama social gravíssimo, mundo em que não se entrava por se gostar, querer ou por estar na moda, mostrando-se convicto de que aquele d.m. ao tomar conhecimento da realidade lhe atribuiria razão.

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves** continuou a discordar do Sr. presidente da Mesa, afirmando não conhecer ninguém que se tivesse tornado toxicodependente sem culpa própria, pelo menos no início, considerando não se justificar um tratamento igual em relação a outras doenças.

**O Sr. presidente da Mesa** lembrou que ninguém adquiria a SIDA por ter apanhado chuva, ou cancro do pulmão não sendo fumador activo ou passivo. Experimenta-se na brincadeira e o pior vem a seguir, poucos sendo os que abusariam por querer.

Recordando que há anos um subchefe da PSP o agarrara para trás de uma prateleira no antigo café Atlântico, desconfiado de que certa pessoa possuía milhares de contos à sua guarda, haveria que desmistificar a ideia prevalente na sociedade do toxicodependente andrajoso vagueando pelas ruas, quando afinal, muitas das vezes, tratar-se-ia de cidadãos iguais a qualquer um dos presentes, consumidores ou traficantes, sem que se desse por isso.

Terminou, lembrando que todos deveríamos levar na devida conta que a maior parte do dinheiro que movia o mundo provinha do tráfico de seres humanos, drogas ou armas,

formando os mercados de lavagens de dinheiro que degradavam as civilizações ocidentais.

**O Sr. d.m. João Santos** recordou uma das suas primeiras intervenções sobre toxicod dependência, enquanto deputado na ALR, em que lera uma carta escrita pelo seu amigo Miguel Martins, (constituente das listas da AM como suplente), que partia para o continente cheio de esperança na desintoxicação a que se submeteria com dinheiros públicos. Com prazer, rematou, teria contribuído com o dobro dos seus impostos para lhe salvar a vida.

Em sua memória, e na de todos os filhos da nossa terra que faleceram em consequência daquele flagelo, solicitou que se terminasse a discussão e se passasse à frente.

**O Sr. presidente da Mesa**, antes de passar ao ponto seguinte da agenda, por sugestão de um dos membros da Assembleia, obteve a concordância da totalidade dos presentes para a análise conjunta dos Pontos 1.2 e 1.3, respectivamente os orçamentos da Câmara e dos Serviços Municipalizados, procedendo-se à sua votação separada.

**1.2 - Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2011, o qual importa, tanto na receita como na despesa, o total de € 25 614 731,00 (vinte e cinco milhões seiscientos e catorze mil setecentos e trinta e um euros), e Grandes Opções do Plano no valor global de € 16 673 119,00 (dezasseis milhões seiscientos e setenta e três mil cento e dezanove euros). O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, para aprovação, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

A **Sra. presidente da Câmara**, numa apresentação genérica do documento, destacou a continuada aposta no investimento do parque escolar, com a conclusão da escola da Ribeirinha e início da escola do Posto Santo e a criação de instrumentos de planeamento, com especial destaque para a conclusão do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra e o início do processo de concurso de ideias conducente ao Plano de Urbanização e ao Estudo Urbano para a zona nascente da cidade.

Ao nível da requalificação urbana, deu especial destaque ao início do concurso público com vista à construção do mercado duque de Bragança e à reabilitação do centro histórico ao nível das calçadas, mobiliário urbano e sinalização.

Na área do ambiente, deu conta da continuidade da rede de abastecimento de água e consequente reforço da capacidade dos reservatórios de armazenamento e à criação de centros de recolha de resíduos sólidos urbanos em algumas freguesias.

Destacou também a importância da auditoria aos serviços da CM durante o ano de 2011, com vista à melhoria da eficácia e produtividade dos mesmos.

Salientou ainda a preocupação na prevenção e combate às dependências, o programa das bolsas de estudo, a “Tele-Assistência”, o programa “Por favor não caia” e a continuidade no apoio à habitação degradada que tem correspondido a uma resposta rápida da autarquia às necessidades básicas do parque habitacional.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, recomendando à Sra. presidente da Câmara que tomasse algumas notas, já que seriam várias as questões a colocar, começou por perguntar a forma como previa a autarquia obter os 3,5 milhões de euros destinados ao financiamento da

escola de Santa Bárbara; se previa criar mais alguma empresa municipal e a que campos de futebol que se destinariam os cerca de 125 mil euros disponíveis para arrelvamentos.

Pedi também que lhe explicasse melhor o emprego da verba de 46.460 euros destinada ao apoio a idosos, saúde e bem-estar, os 15 mil euros reservados para peças concursais e parques subterrâneos, parecendo-lhe ainda bastante elevada a verba de 89.102 euros destinada à reformulação do projecto de arquitectura e especialidades do Clube Náutico.

Do mesmo modo, quis saber se a verba de 130 mil euros se destinaria a pequenas intervenções em várias zonas balneares, ou seria aplicada em algumas zonas específicas, visto que o projecto de requalificação da zona balnear da Salga já contemplava uma verba de cerca de 52 mil euros.

Solicitou também mais pormenores sobre as campanhas publicitárias a que se destinava a verba de 76.650 euros, além do já famoso boletim municipal, parecendo-lhe também exagerados os 25 mil euros reservados para um painel de azulejos no Largo da Fonte em S. Sebastião.

Desconhecendo a que percentagem do total da facturação correspondia os 150 mil euros de receita da CM proveniente dos parquímetros, solicitou a explicitação dos destinatários das restantes parcelas, interrogando se não estaria na altura da renovação do respectivo contrato de exploração.

Considerando possível economizar nas verbas destinadas a “Condecorações e Ofertas” e “Artigos Honoríficos e Condecoração”, reservando-as para outros investimentos mais pertinentes, solicitou uma descrição pormenorizada das áreas prioritárias de intervenção da CM, designadamente nos arruamentos, estradas e muros constantes dos pacotes 3 e 4, com os valores de 781.350 euros e 450 mil euros respectivamente.

Concluindo, solicitou que lhe fosse também explicada a necessidade do dispêndio de uma verba de 9.430 euros, em tempo de crise, num tapete interactivo no aeroporto.

**O Sr. d.m. João Tavares** solicitou esclarecimentos sobre a atribuição de uma verba de 5 mil euros, distribuída igualmente pelas Juntas de Freguesia, destinada a reparações na rede viária, uma vez que, na delegação de competências, ficara acordada a verba de 25 mil euros, correspondente ao montante que caberia à freguesia de Porto Judeu se adoptado o critério previamente estabelecido de atribuição das verbas em função do número de arruamentos.

Tratando-se de um montante insignificante para aquele fim, considerando a composição tripartidária da J.F. a que presidia, proporia aos seus pares a rejeição pura e simples da verba atribuída ou então encaminhá-la para outras áreas.

No tocante ao pacote de estradas, congratulou-se com a atribuição da verba de 300 mil euros destinada à repavimentação de estradas municipais da freguesia do Porto Judeu.

**O Sr. d.m. Paulo Vieira** mostrou-se satisfeito pela inclusão do saneamento básico da Ladeira Branca no orçamento camarário para 2011, recordando tratar-se de uma aspiração antiga da freguesia de Santa Luzia, datada de 1980, proposta pelo Partido Socialista através do então presidente Carlos Alberto Oliveira.

Sabendo o que custara a repavimentação de 300 metros de estrada entre a rua da Pereira e a Memória, também considerou que os 5 mil euros atribuídos a cada freguesia colocariam quase todos os presidentes de junta numa situação de incumprimento para com os seus residentes.

Por fim, informou que a sua Junta de Freguesia não aceitaria aquela má proposta, que apelidou de bombom envenenado, reveladora de algum desconhecimento da realidade.

**O Sr. d.m. António Maio**, ao analisar tecnicamente o conteúdo dos Pontos 1.2 e 1.3, relativos aos orçamentos da CM e dos SMAH respectivamente, lembrou as dificuldades inerentes à elaboração de orçamentos em altura de crise, motivadas pela redução da receita provocada pela quebra da actividade económica e pelo aumento da despesa social.

Realçou o equilíbrio entre o rigor técnico e o cumprimento dos objectivos políticos das opções do Plano e do programa eleitoral da autarquia, destacando a contenção de despesas e o conservadorismo das receitas, com especial referência ao rigor técnico dos normativos legais impostos pela legislação autárquica em termos do equilíbrio orçamental e do peso das despesas com pessoal.

Observando uma certa quebra de actividade no referido orçamento face a anos anteriores, recordou, como já afirmara no passado, que de nada serviria empolar a receita, com o consequente aumento da despesa, dando a ideia de orçamentos muito volumosos.

Neste orçamento, realista e conservador na previsão das receitas, notavam-se nalguns casos quebras significativas, entre os 15 e os 20%, face ao orçamentado no ano anterior, sendo de evidenciar alguma contenção, cerca de 31% a menos, em relação ao ano passado, na análise por unidade orgânica, e de 28% na Assembleia Municipal.

Mostrou-se satisfeito com o moderno e avançado processo de auditoria interna com vista a um realinhamento estratégico, do qual se esperavam resultados conclusivos no aperfeiçoamento da gestão.

Referiu ainda a previsão de um investimento de 5 milhões e 300 mil euros sem recurso a empréstimo bancário, com 85% de comparticipação comunitária, resultantes de um total de 18 milhões, após o investimento de 13,5 milhões entre 2007 e 2010.

Tendo em conta as limitações orçamentais relativas às transferências para as autarquias, constatava-se que a edilidade mantinha uma capacidade de endividamento de 2 milhões e 400 mil euros, revelando uma postura séria e responsável na sua gestão e tirando o melhor partido dos fundos comunitários.

Na sua qualidade de gestor bancário, referiu a diferença entre a taxa activa e a taxa passiva, na página 34, denominada “taxa de intermediação financeira”, esclarecendo que o “Spread bancário” tinha a ver com um adicional à taxa de juro indexante, (Euribor a 1, 3, 6 ou 12 meses).

Aconselhando uma melhor identificação dos dois projectos mencionados a páginas 29, com vista à clarificação do seu conteúdo, considerou bastante realista e corajosa a estimativa de previsão de uma taxa de juro com uma evolução de 1% para o “Spread”, já que se considerava pouco provável que as taxas atingissem um valor tão elevado, devido à actual conjuntura de crise e à fraca evolução da actividade económica.

Lembrou ainda que a fase do ciclo económico em que nos encontrávamos aconselhava uma atitude mais conservadora e rigorosa do que demasiado optimista, evitando-se o desvirtuamento de alguns valores, concluindo com o anúncio do seu voto favorável, pelo rigor e cumprimento de todos os objectivos políticos merecedores de felicitações à vereação camarária pela excelência do documento elaborado.

**A Sra. presidente da Câmara** começou por agradecer a apreciação feita pelo Sr. d.m. António Maio, comprometendo-se a efectuar as correcções necessárias.



Informando que a Ladeira Branca veria concretizadas este ano as suas aspirações relativas às redes de águas e saneamento básico, lembrou que na reunião com todos os presidentes de junta, realizada no dia do Poder Local, se abordara temas como a distribuição de raticida, a criação de núcleos de protecção civil, o regulamento de resíduos, entre outros, ficando combinado que, atendendo ao desconhecimento das restrições financeiras decorrentes do Orçamento de Estado, a proposta respeitante à delegação de competências a apresentar à reunião de câmara contemplaria verbas que rondariam os 25 mil euros.

Perante esta conjuntura, optara-se pela continuidade das obras de maior dimensão em curso, como a Casa Mortuária da Serreta, a Sede da junta de freguesia do Porto Judeu e um reforço financeiro destinado ao alargamento do caminho de acesso ao Pico Matias Simão nos Altares, reservando-se também verbas para a manutenção de equipamentos, na sequência das várias propostas apresentadas, à excepção da freguesia de S. Bartolomeu que necessitaria de um equipamento imprescindível para o transporte de crianças e idosos da freguesia.

Lembrando a não apreciação inicial em reunião de Câmara dos documentos provisionais, que, na opinião dos vereadores da oposição, se encontravam feridos de legalidade e constitucionalidade, por não terem sido objecto de consulta prévia dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, após várias reuniões com os Srs. vereadores do PSD Teresa Valadão e Fernando Dias decidira-se a antecipação para 2011 da proposta relativa ao Teatro Angrense e pelo reforço no valor de 5 mil euros para cada junta de freguesia, contrariamente à contraproposta por si apresentada de um reforço de 15% na delegação de competências.

Tendo em conta os elevados custos de manutenção dos pavimentos asfálticos e de movimentação das respectivas máquinas, alertara, sem sucesso, para a vantagem negocial da Câmara em dispor de uma dotação global de 120 mil euros para pavimentação de sobras de estrada, comparativamente com as várias Juntas de Freguesia, cada uma com 5 mil euros, com prejuízo evidente para as freguesias de S. Bartolomeu e Ribeirinha não contempladas em 2010.

Esperando ter tomado nota de todas as questões colocadas pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro, começou por explicar que o tapete interactivo do aeroporto, proposto pelo gabinete responsável, se destinava à promoção do concelho, tendo sido orçamentado com vista à sua candidatura à GRATER, prevendo-se que viesse a gerar uma receita de cerca de 60%.

Sobre a dotação destinada a estradas, arruamentos e muros, referiu que contemplava materiais de fornecimento contínuo, como contratos com aluguer de máquinas, fornecimento de massas asfálticas e betuminosas e ainda à manutenção e reparação de muros de toda a rede viária.

Referiu ainda que, em 2010, devido ao rigor do inverno, a freguesia do Raminho merecera maior atenção da autarquia, envolvendo máquinas e transporte de inertes, tendo sido solicitado Parecer à Direcção Regional do Ambiente e do Mar sobre o escoamento de águas numa rua daquela freguesia com alguma inclinação, para além das obras de reabilitação do muro e alargamento da via na freguesia do Posto Santo e de uma pequena empreitada a decorrer na Canada das Relvas nas Doze Ribeiras.

Informando que a rubrica “Artigos Honoríficos e Decoração” englobava, entre outras, verbas para a reabilitação e conservação do salão nobre, nas quais se incluía a substituição dos cortinados, e de onde saíra a verba para reparação do valioso tapete de Arraiolos lá existente e aquisição de novas cadeiras, referiu também que os proventos

para a autarquia resultantes do estacionamento tarifado representavam 40% da receita global, sendo possível reajustar todas as condições contratuais no final do actual contrato que expirava em 2012.

No tocante à área da publicidade, apesar do custo pouco significativo de 11 mil euros do boletim municipal, informou que a autarquia passaria a publicar apenas um boletim anual com a divulgação das actividades mais importantes, esclarecendo que a publicidade obrigatória relativa aos loteamentos e avisos de trânsito consumia parte substancial da verba destinada para o efeito.

Elegendo a zona balnear da Salga como prioritária para 2011, informou, por outro lado, que o projecto, já de há uns anos, relativo ao Clube Náutico sofrera algumas adaptações devido às novas regras do regime jurídico de edificação, destinando-se a verba inscrita ao pagamento da sua introdução no projecto inicial apresentado pela empresa responsável.

Deu ainda conta da intenção de construção de parques subterrâneos no Largo Prior do Crato e na praça Almeida Garrett, previstos no Plano de Pormenor e Salvaguarda.

De entre as várias actividades relacionadas com o apoio aos idosos, deu especial destaque ao projecto “Por favor não caia” e, no tocante ao arrelvamento de campos, lembrou que o projecto remontava a alguns anos, envolvendo o campo dos Leões de Porto Judeu e do Desportivo de Belém da Terra Chã, resultando de um protocolo celebrado entre a autarquia e aqueles dois clubes.

Esclareceu que a Sociedade de Reabilitação Urbana, apesar de se assemelhar a uma empresa municipal, teria como objectivo a parceria entre entidades públicas e privadas, visando a promoção do investimento privado na reabilitação dos centros históricos, à semelhança do que se passava noutras cidades património mundial.

No tocante ao 3º pacote de estradas, já numa fase avançada, salientou a inclusão da Canada da Boticária na freguesia da Ribeirinha, a Canada da Ribeira João Borges nos Altares e diversos arruamentos junto ao mar no Porto Judeu, incluindo a Cruz do Canário, Ribeira do Terço, Grotta do Tapete, Canada junto ao mar, Rua do Porto, Canada do Funcho e Poço do Além, envolvendo ainda o alargamento das Figueiras Pretas, reabilitação da avenida Tenente Coronel José Agostinho, Caminho Novo, a variante ao Raminho e a ligação entre a Boa Hora e a Canada do Talhinha.

Apesar de devidamente financiado pelo programa “PROCONVERGÊNCIA” e por empréstimo bancário, lamentou os sucessivos atrasos neste 3º pacote de estradas devido a questões processuais, exigindo a elaboração de estudos geológicos e geofísicos referentes às camadas de sustentação das vias.

Em relação ao painel de azulejos do Largo da Fonte, em S. Sebastião, adiantou tratar-se de uma obra de arte resultante de uma proposta de delegação de competências, à semelhança do sucedido com a junta de freguesia da Conceição que, por iniciativa própria, também colocara um painel idêntico na ermida da Boa Viagem, há um ano atrás.

Esclareceu finalmente que a escola de Santa Bárbara, resultante de um contrato ARAAL, da iniciativa do governo regional, destinada ao 1º e 2º ciclo e com equipamento desportivo associado, envolvia uma divisão inicial de custos de 82% para o Governo Regional e 18% para a Câmara Municipal com uma revisão repartida em 50%. Contudo, por dificuldade de financiamento do Governo Regional para 2011, estava prevista uma reunião com a Sra. secretária regional, com vista à remodelação do actual projecto, excluindo o 2º ciclo do ensino básico, de modo a permitir um avanço faseado da obra.

**O Sr. d.m. Nuno Melo Alves**, manifestando-se contrário ao empolamento orçamental pela descredibilização que provocava, fez questão de recordar que, no ano anterior, o seu partido concedera o benefício da dúvida aos documentos provisionais da CM, mantendo a sua discordância em relação aos aumentos de taxas e tarifas cobradas pelos SMAH.

Sobre o orçamento em apreço, perspectivava-se um ligeiro aumento das taxas de execução, que nada tinham a ver com os resultados previstos no Plano e Orçamento do ano anterior, enquanto nos SMAH se denotava uma redução de 25% em relação ao mesmo período, validando as previsões anunciadas pelo seu partido quanto aos valores excessivamente elevados e pouco exequíveis inscritos naquele orçamento.

Adiantando que as opções políticas plasmadas no documento justificavam o voto negativo do seu grupo municipal, referiu que algumas das grandes obras, entre as quais o novo mercado duque de Bragança, alterariam negativamente a estrutura e a harmonia do casario do centro de Angra, sendo disso especial exemplo a nova biblioteca e arquivo de Angra do Heroísmo, cuja construção decorria numa zona sem espaço para estacionamento, tapando a vista a outros edifícios históricos.

Referindo que o hotel em construção no Canta Galo apresentava mais alguns pisos em relação ao projecto inicial votado há 12 anos na Assembleia Municipal e que o seu aspecto, quando concluído, apenas se diferenciaria do actual pela colocação de uns vidros a tapar os buracos actualmente existentes, lembrou que no passado defendera a reconversão do edifício do actual hospital de Angra em biblioteca e arquivo municipal, por, entre outras vantagens, dispor de espaço para estacionamento e uma zona verde envolvente.

Notando-se, em seu entender, uma desvalorização do centro histórico, devido à imitação e importação da arquitectura tradicional de outras zonas do país e do estrangeiro, podendo suscitar algumas alterações indevidas e o uso de materiais inadequados por parte de quem possuísse edificações na zona classificada, voltou a referir-se ao projecto do novo mercado duque de Bragança, salientando que a proliferação excessiva de elementos contemporâneos, independentemente da sua qualidade arquitectónica, poderia distorcer o principal factor de atracção turística, histórica e cultural.

**O Sr. d.m. António Alves**, na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Posto Santo, apesar da actual conjuntura de crise, elegeu o orçamento proposto como um dos melhores de sempre elaborados pela autarquia angrense, revelador de uma boa prenda de Natal.

Mostrando-se satisfeito com a atribuição de verbas para a obra da cobertura do pavilhão desportivo do Posto Santo, espelhando todo o trabalho desenvolvido pela autarquia em prol do desporto, congratulou-se também com a prevista ligação da Boa Hora com a Canada do Talhinha, propiciadora de um melhor acesso à via Vitorino Nemésio, e transmitiu o reconhecimento da sua freguesia pela reposição de um muro que desabara devido às intempéries, permitindo um importante alargamento da estrada numa zona perigosa.

Finalmente, agradeceu ainda à Sra. presidente da Câmara todo o trabalho desenvolvido na aquisição dos terrenos à Casa de Saúde de S. Rafael, após longos anos de espera devido à falta de escrituras e outras documentações, lembrando que o brasão de armas com a Torre e Espada também se podia encontrar nos Serviços Municipalizados e não apenas nos caixotes do lixo.

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, lembrando que governar é optar, via no orçamento apresentado a continuidade da estratégia levada a cabo nos últimos anos, apostando nos

recursos humanos como a educação, na reabilitação da rede viária e na cultura, aspectos estruturantes para a promoção de uma melhor qualidade de vida dos cidadãos do concelho, através da construção ou reabilitação de equipamentos escolares e desportivos, dos projectos de requalificação urbana, envolvendo o tecido empresarial e as entidades públicas e privadas, privilegiando também a diversificação cultural na cidade e nas freguesias.

Invocando situações anteriores em que a CM fora criticada por empolar os orçamentos e agora, pelo contrário, acusada de demonstrar pouca ambição, considerou a proposta prudente e rigorosa, estando-se em presença de um orçamento com 61% das suas verbas destinadas a investimento, contra os 38,5% reservadas a despesas correntes, menos 15,3% em relação ao ano anterior, salientando que, dos 18,7 milhões de euros de fundos do QRESA disponíveis pela autarquia até 2013, haviam já sido aprovadas candidaturas no valor de 18 milhões de euros, restando cerca de 600 mil euros para aprovação, valores demonstrativos de um bom aproveitamento dos fundos do “PROCONVERGÊNCIA”.

Destacou ainda a opção na preservação ambiental, através da criação de uma política concertada em duas áreas estruturantes e civilizacionais, comuns a ambos os municípios da ilha: o tratamento dos resíduos e a captação e abastecimento de água às populações, realçando, neste aspecto, a importância estratégica da empresa intermunicipal aprovada há uns meses atrás, apelando, como nota final, a que estas duas componentes essenciais fossem colocadas muito acima de qualquer querela pessoal ou de natureza política e partidária.

**O Sr. d.m. Guilherme Melo**, em jeito de comentário aos esclarecimentos prestados pela Sra. presidente da Câmara, a respeito dos 5 mil euros atribuídos a cada junta de freguesia destinados à reparação de sobras de estradas, mostrou confiança em que os presidentes de junta saberiam resolver os seus problemas da melhor maneira, aplicando-os eventualmente noutros fins ou abdicando deles, se os entendessem como um presente envenenado.

**O Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt**, entendendo que a política não poderia ser vista como uma procissão religiosa com andores de pesadas estruturas arcaicas, regozijou-se com o consenso alcançado entre o grupo municipal do seu partido, a Sra. presidente da Câmara e os vereadores do PSD, permitindo algumas cedências propiciadoras de uma melhor gestão futura da autarquia.

Rejeitando assacar responsabilidades à Sra. presidente da Câmara por todas as asneiras que ocorriam no concelho, sugeriu-lhe, no entanto, que solicitasse à firma responsável pelas obras de saneamento básico em curso na Terra Chã um pouco mais de cuidado na sinalização dos buracos que ia abrindo na Canada da Belém, porque, como utente frequente daquela zona, deparava-se com alguns buracos de enormes dimensões, cercados por uma rede cor de laranja apoiada nuns ferros na posição diagonal sem a sinalética adequada, como sucedia junto à residência do professor Álamo Meneses e, mais à frente, junto às casas destinadas a professores da Universidade dos Açores.

Tratando-se de uma Câmara Municipal republicana desde há cem anos, estranhou a ausência de qualquer simbologia alusiva àquele regime no seu Salão Nobre, solicitando vivamente à Sra. presidente que providenciasse a compra de uma bandeira nacional em seda, através, naturalmente, da simpática rubrica que permitira reparar, e muito bem, um tapete de tão grandes dimensões, sugerindo ainda a aquisição de dois mastros iguais para as duas bandeiras, como forma de substituir o que suportava o estandarte do município que, inversamente proporcional à qualidade do seu tecido, mais se assemelhava a um suporte de reposteiro, a avaliar pelo tipo de terminal que ostentava

Lamentando que os portugueses dum modo geral não preservavam as suas bandeiras nem cumpriam as normas regulamentares para a sua exposição pública, deixando-as, por exemplo, à noite sem a iluminação adequada, contrariamente ao que se encontrava estipulado, exemplificou aquela circunstância com o caso de um auxiliar da escola onde leccionava que colocara umas bandeiras velhas no lixo, desconhecendo que a sua destruição deveria ser conseguida por incineração.

**O Sr. presidente da Mesa**, em tom de graça, referiu que, na ausência da bandeira, havia na sala, uma quantidade enorme de símbolos vivos do republicanismo.

**A Sra. presidente da Câmara** informou o Sr. d.m. Manuel Conde que as obras do Caminho da Igreja da Terra Chã decorriam a cargo dos SMAH, enquanto as intervenções da Canada de Belém eram da responsabilidade da EDA, comprometendo-se a alertar a empresa para a situação descrita.

Relativamente à ausência de simbologia republicana no salão nobre, comprometeu-se a adquirir uma bandeira nacional bordada, por conta da verba destinada a esse fim.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges**, congratulando-se com a atribuição de verbas destinadas às obras de saneamento básico da Ladeira Branca, reclamadas por todas as forças políticas e conseguidas, em sua opinião, à custa da intervenção no ano anterior do deputado do CDS-PP Dr. Artur Lima, adiantou que os Srs. presidentes de junta deveriam aceitar a citada rubrica com 5 mil euros porque, no caso da sua freguesia, pelo menos daria para asfaltar a zona ao pé da sua porta que se encontrava cheia de buracos.

Tratando-se de um documento irrealista e de duvidosa execução, desprovido de qualquer credibilidade, enalteceu a intervenção do CDS/PP, evitando que se cometesse uma ilegalidade, ao denunciar na devida altura a falta de consulta prévia dos partidos da oposição e dos conselhos municipais.

Considerando ridícula a verba destinada à reabilitação da calçada do centro histórico da cidade, não descortinava também verbas suficientes para a reabilitação e manutenção das estruturas municipais, designadamente o CCAH, o Pavilhão Municipal e o Pavilhão Multiusos, ficando o Teatro Angrense e o Mercado Municipal adiados para 2012, em contraponto aos 400 mil euros, que considerava exagerados, destinados ao acesso à nova escola da Ribeirinha, o que denotava alguma falta de planeamento.

Entendendo o orçamento proposto como um garrote asfixiante do desenvolvimento do concelho em geral e do centro histórico em particular, criticou o aumento desmesurado da despesa do município que acarretaria a criação de mais uma empresa municipal, visando a “desorçamentação” e a criação de novos cargos políticos.

Convicto de que, para o Partido Socialista, a cultura em Angra se resumia às Sanjoaninas, uma vez que o orçamento da Culturangra - EEM se destinava quase que exclusivamente a suportar despesas com aquelas festividades, recordou que, no ano anterior, devido ao aumento das taxas e tarifários, o CDS-PP votara contra o orçamento dos SMAH, pelo que, mantendo-se os mesmos princípios, idêntica posição tomaria este ano o seu partido.

**O Sr. d.m. Fábio Vieira** referiu que as análises efectuadas, do ponto de vista técnico e político, correspondiam à realidade do orçamento e às grandes opções do Plano, realçando que a simplicidade do documento permitia uma rápida compreensão do seu conteúdo.

No tocante à componente técnica, destacou a diminuição do passivo financeiro, mantendo-se a autarquia aquém do limite da capacidade de endividamento, aproveitando



bem o “PROCONVERGÊNCIA” e utilizando da melhor forma os instrumentos financeiros ao seu dispor para investir no concelho.

Possuindo o actual Plano uma componente estrutural e outra vocacionada para a juventude e para a educação, com especial destaque para a questão da água e do saneamento, a CM, não cedendo a pressões eleitoralistas e demagógicas, optou por um investimento subterrâneo que não dá votos e não se vê, mas deixava um legado para as gerações futuras, que correspondia a um dos maiores investimentos *per capita* do país, revelando-se um orçamento futurista com repercussões nos próximos 50 anos da vida do concelho.

Quanto ao alegado “garrote financeiro”, fez lembrar ao Sr. d.m. José Alberto Borges que, do ponto de vista económico, seriam poucas as autarquias que apresentavam um orçamento cujas receitas correntes correspondessem às despesas correntes.

Destacando o enorme esforço dos partidos da oposição na aproximação de pontos de vista, honrando assim os compromissos com os munícipes em benefício do concelho, no seu entendimento a CM tomara as decisões mais correctas apresentando um orçamento equilibrado, esperando-se taxas de execução próximas dos 100%, a verificar dali a pouco mais de um ano.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** considerou o orçamento sobredimensionado no tocante à receita, conduzindo a baixas taxas de execução. Não sendo um orçamento verdadeiro para o concelho, não espelhava as prioridades, projectos e obras do PSD nem dos eleitores por ele representados.

Referiu tratar-se de um orçamento de continuidade e de gestão de despesas correntes sem criatividade, inovação e capacidade de resposta às necessidades do município e das pessoas, obrigando, em tempo de crise, a uma intervenção social cuidada e criteriosa, dado o número cada vez maior dos que necessitavam de ajuda.

No entender do seu partido, a CM, pouca obreira, continuava a esconder-se sistematicamente por detrás das obras do governo regional para fingir que trabalhava, sendo imperativo no tempo de crise em que vivíamos saber gerir e hierarquizar prioridades e planear adequadamente os investimentos, como forma de aplicar bem o dinheiro dos contribuintes.

Identificando o orçamento com o partido socialista e a sua teimosia, outra solução bem melhor poderia ter sido conseguida, não fosse a postura de arrogância, teimosia e intransigência da Sra. presidente da Câmara que, desde o início, se recusara a abordar os partidos da oposição e a aceitar sugestões geradoras de consensos, atitude tanto mais grave quando comparada com a postura adoptada no ano anterior, altura em que fora necessário passar uma esponja por cima do descalabro financeiro resultante de sucessivos anos de má gestão e dos disparates cometidos nas Sanjoaninas e na Associação Cultural Angrense que culminaram com a contracção de um empréstimo de 172 mil euros, que penalizava este e os orçamentos dos próximos anos.

Recordando que no ano passado a Sra. presidente da Câmara e o Partido Socialista haviam sido capazes de encontrar um parceiro para negociar o orçamento, motivando da parte do Sr. vereador Artur Lima uma inflamada intervenção em defesa dos méritos do seu arranjo com o PS, assim como da bondade da CM e todas as suas intenções, este ano assistira-se a uma briga de comadres, com recusa de diálogo prévio com os demais, inútil para os interesses do município e das pessoas, servindo apenas para atrasar o processo de discussão e aprovação dos orçamentos em análise, salientando que se não fosse a postura de trabalho e dedicação responsável dos vereadores do PSD que, em nome do superior

interesse do concelho, insistiram no diálogo e na apresentação de propostas para melhoria dos documentos então apreciados, talvez se tivesse caminhado para um grave problema de estabilidade governativa na Câmara de Angra, sem o orçamento aprovado e com a necessidade de gerir o município com recurso a duodécimos, não podendo Angra, as suas gentes e as suas instituições dar-se ao luxo de não possuírem um orçamento aprovado em tempo de crise.

Referiu ainda que as contribuições do PSD para o bem dos munícipes, apesar do reduzido impacto orçamental, se haviam revelado de grande importância para as pessoas, designadamente no não aumento do custo da água e no reforço de 5 mil euros em delegação de competências para as 19 juntas de freguesia.

Lembrando ainda que, por causa do PSD, se começaria a trabalhar na tão necessária reabilitação do Teatro Angrense, através da dotação orçamental de verbas para o projecto, lamentou os impedimentos levantados pelo PS a que algo mais se fizesse e que se implementasse a prática do orçamento participativo como meio de aproximar a política dos cidadãos pelo seu envolvimento directo nas tomadas de decisão do concelho.

Lamentava ainda o PSD que não se avançasse com novas e mais arrojadas medidas sociais de apoio, face à crise, não se reforçasse ainda mais o valor das verbas no âmbito da delegação de competências para as Juntas de Freguesia e de novo se adiassem as ETAR de S. Mateus e S. Sebastião, para além da ausência de qualquer preocupação com questões essenciais como o emprego jovem, seja na forma de primeiro emprego, auto emprego ou no apoio a jovens empresários ou no estudo das áreas profissionais de maior carência no concelho, patrocinando a formação de jovens nessas áreas específicas.

Estendendo as suas preocupações às áreas da habitação jovem, seja na forma de arrendamento ou na aquisição de casa própria, à inexistência de apoios à natalidade e a incentivos para casais com mais de um filho, defendeu que a política de juventude da CM não se podia limitar ao policiamento do Porto das Pipas, a campanhas de sensibilização com a distribuição de panfletos contra o consumo de drogas ou ao patrocínio de desportos radicais, insistindo erradamente em obras vocacionadas para o lazer e tempos livres, caras e desajustadas ao meio onde vão ser inseridas e sem o devido planeamento, como seria o caso de três pavilhões desportivos a instalar em outras tantas freguesias contíguas à cidade de Angra, enquanto outras, com mais população e igualmente distantes dos pavilhões da cidade, não seriam contempladas com tais infra-estruturas.

Por tudo o que fora dito e pelo muito que ficara por dizer, apesar de muito mau e do declínio para que apontava o concelho, pior seria permitir que Angra ficasse sem orçamento algum e lançada numa crise institucional, para a qual o PSD não contribuía, não se poupando no entanto a esforços para a sua discussão e melhoria, dentro do possível, decidindo o seu grupo municipal viabilizar com a sua abstenção o orçamento apresentado, não sendo alheia a cedência em boa hora manifestada pela Sra. presidente da Câmara e pelos Srs. vereadores do PS.

**O Sr. d.m. Paulo Vieira**, em resposta ao Sr. d.m. José Alberto Borges, esclareceu que, em reunião da junta de freguesia, o informara da inclusão daquele troço na lista de ruas a asfaltar pela junta de freguesia, ainda antes da asfatação do troço entre o Chafariz Velho e a Memória, o que seria um desperdício de verbas, devido às obras de saneamento básico da Ladeira Branca com ligação às Figueiras Pretas, passando pelo bairro novo da Ladeira Branca, criando uma rede de águas pluviais.

Quanto à verba de 5 mil euros, entendeu tratar-se de uma má proposta, por delegar nos presidentes de junta mais competências por menos dinheiro, levando-os a assumir compromissos que não poderiam cumprir.

Em resposta às declarações do Srs. d.m. Guilherme Melo e Luís Rendeiro, esclareceu que, após consulta de preços, fora informado por uma empresa de asfaltagem que os 5 mil euros apenas dariam para tapar um buraco no Largo da Igreja.

Relativamente ao saneamento básico da Ladeira Branca, recordou que nunca prometeria algo que não pudesse cumprir, lembrando tratar-se de uma vontade manifestada anteriormente à candidatura do Dr. Artur Lima à liderança do CDS-PP que, faltando à verdade, distribuíra uma carta porta a porta aos residentes de Santa Luzia, afirmando que ficaria reposta a verdade com a realização das obras de saneamento básico, com base em proposta daquele partido, incluídas no orçamento para o ano de 2010, que agora chegava ao fim.

**O Sr. d.m. João Tavares** considerou inconveniente desviar para outros fins verbas aprovadas para fins específicos, correndo-se o risco de não se perceber a quem competiria a reparação das estradas. Por entender tratar-se de um presente *envenenado*, bem poderia antes destinar-se a verba de 5 mil euros ao combate dos ratos.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges**, perguntando ao Sr. d.m. Paulo Vieira quanto tempo mais se esperaria para a resolução da situação da sua rua, referiu que as obras de saneamento básico da Ladeira Branca deveriam ter-se realizado em 2010, devido à sua inclusão no orçamento desse ano, demonstrando falta de credibilidade da CM ao prometer a realização de obras que acabava por não cumprir.

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, que não trouxera de casa nenhuma redacção preparada, manifestou-se incapaz de proferir uma intervenção tão longa quanto a do Sr. d.m. Luís Rendeiro, ironizando que lhe faltara incluir no texto que, nesse ano, seria graças ao PSD que o Natal aconteceria a 25 de Dezembro, terminando com a frase “hoje pavão, amanhã espanador”.

Posto à votação, **o Orçamento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria**, com 24 votos a favor (19 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente), 7 abstenções do PSD e 3 votos contra do CDS-PP.

**1.3 - Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano 2011, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro apresentando os seguintes valores:**

**Plano Plurianual de Investimentos:**

**Despesas de Investimento** ----- € 2 482 460

**Orçamento:**

Receitas Correntes ----- € 6 526 500

Receitas de Capital ----- € 2 189 800

**Total Geral das Receitas----- € 8 716 300**

Despesas Correntes -----	€ 6 233 840
Despesas de Capital -----	€ 2 482 460
<b>Total Geral das Despesa -----</b>	<b>€ 8 716300</b>

**Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o mapa de pessoal para 2010 acompanha a presente proposta de orçamento.**

Previamente consentida a discussão conjunta dos orçamentos da Câmara e dos Serviços Municipalizados, postos à votação **as Grandes Opções do Plano e o Orçamento constantes do Ponto 1.3 foram aprovados por maioria**, com 25 votos a favor (19 do PS, 5 do PSD, 1 do d.m. independente), 7 abstenções do PSD e 3 votos contra do CDS-PP.

**1.4 - Proposta da Câmara Municipal, no sentido de ser alargado o período de vigência do desconto de 2% que incide sobre o valor de aquisição dos lotes, mediante a alteração à redacção do artigo 8.º do Regulamento de Cedência de Espaços de Terreno na Zona Industrial de Angra do Heroísmo, para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Não se registando quaisquer intervenções, posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.**

**1.5 - Proposta de Estrutura e Organização Interna dos Serviços da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para aprovação, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.**

Não se registando quaisquer intervenções, posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.**

**1.6 - Proposta de Estrutura e Organização Interna dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.**

Não se tendo registado quaisquer intervenções, posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.**

**1.7 - Eleição de três membros da Assembleia Municipal e designação de dois presidentes de Junta de Freguesia, a fim de integrarem o Conselho Local de Educação de Angra do Heroísmo, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1, artigo 135.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho.**

O Sr. presidente da Mesa, de acordo com os representantes dos grupos municipais, apresentou para votação, a seguinte lista:

- 1. Membros da Assembleia Municipal**
  - Cristina Margarida Alves de Sousa
  - João Luis Sanchez dos Santos
  - Manuel Conde Bettencourt

## **2. Presidentes de Junta de Freguesia**

- António Toledo Alves
- Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa

Posta à votação por escrutínio secreto, **a Lista apresentada foi aprovada por maioria**, com 32 votos a favor e 1 abstenção.

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

### **2.1 - Recomendação à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para a limpeza imediata do antigo campo de jogos da Vila de São Sebastião e a monitorização periódica daquele local, de modo a ali evitar novas deposições clandestinas de resíduos sólidos.**

**O Sr. vereador Cota Rodrigues**, que visitara o local acompanhado do Sr. presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, referiu que tomara conhecimento da situação constante na Recomendação em epígrafe, a qual vinha sendo remediada com a remoção do lixo e a reposição de terra, o que, por si só, não se revelara suficiente.

Face àquela e a outras situações idênticas, os SMAH iniciaram a elaboração de um plano de localização de zonas de depósito de lixos, devidamente equipadas, de preferência junto dos locais onde tradicionalmente se verificavam depósitos clandestinos, destinadas ao depósito resíduos variados, designadamente pneus, plásticos de silagem, sacos de ração e de adubos, vidro, papel e papelão, etc.

Tratando-se de um local com aquelas características, o antigo campo de futebol de S. Sebastião seria uma das zonas a contemplar, incluindo um espaço para “monstros”: fogões, frigoríficos, colchões, etc.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, por se tratar de uma lixeira muito antiga e lhe parecer existir alguma escassez de meios para uma fiscalização adequada, apesar das declarações do Sr. vereador Cota Rodrigues, considerou pertinente uma apreciação favorável da Recomendação apresentada pelo seu grupo municipal.

**O Sr. d.m. José Alberto Borges** lamentou a ausência do Sr. presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião que assim não poderia responder a qualquer das 4 Propostas relacionadas com a sua freguesia.

**O Sr. presidente da Mesa** lamentou a ausência do Sr. presidente da Junta de S. Sebastião, lembrando que a Mesa tem usado de tolerância quando algum membro da Assembleia pedia para se ausentar.

Julgando naquela circunstância aplicável o sentido do ditado *pela boca morre o peixe*, informou que também o Sr. d.m. Nuno Melo Alves se ausentara por razões atendíveis.

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por maioria**, com 28 votos a favor (12 do PS, 13 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do d.m. independente), 1 abstenção do PS e 1 voto contra do PS.

### **2.2- Recomendação à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para que disponibilize dotação orçamental que permita a rápida aquisição de terrenos e a realização das obras necessárias de modo a dotar a Vila de São Sebastião das infra-**



**estruturas funerárias condignas e capazes de bem servir os habitantes daquela localidade.**

O **Sr. presidente da Mesa**, dando continuidade ao ambiente de boa disposição, lembrou, a propósito do teor da Recomendação posta à apreciação da Assembleia, uma frase de um sacerdote que conhecera, o Padre Lucas: “É para aqui, meus irmãos, que nós todos havemos de vir, se Deus Nosso Senhor nos der muita vida e saúde”.

O **Sr. d.m. Francisco Barros** adiantou que os terrenos destinados à casa funerária já haviam sido adquiridos e que o respectivo projecto já fora aprovado em reunião de câmara.

Prevendo-se a sua construção para 2012, logo após a conclusão da casa mortuária da Serreta programada para 2011, não faria sentido incluir as verbas necessárias no orçamento para 2010, razão pela qual a Recomendação em apreço não mereceria a aprovação do Grupo Municipal do Partido Socialista.

O **Sr. d.m. Luís Rendeiro** reconheceu o lapso de redacção, esclarecendo que a Recomendação visava a inclusão das obras de construção da referida casa mortuária no orçamento para 2012.

A **Sra. presidente da Câmara** informou que o processo de aquisição dos terrenos estava concluído, através da atribuição de verbas por delegação de competências à Junta de Freguesia, que procedera ao pagamento e registo dos referidos terrenos para efeitos de construção da referida casa mortuária e ampliação do cemitério.

O **Sr. d.m. Francisco Barros** manifestou a convicção de que o grupo municipal do PSD pretendia apresentar propostas referentes a obras já com execução prevista, baseadas em compromissos eleitorais dos candidatos do Partido Socialista à junta de freguesia de S. Sebastião, pegando em propostas alheias e tentando assumir a sua paternidade.

Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 2.2 foi rejeitada**, com 18 votos contra, (17 do PS, 1 do d.m. independente), 4 abstenções (2 do PSD, 2 do CDS-PP) e 11 votos a favor do PSD.

**2.3 - Recomendação à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para que efectue as necessárias obras de reparação e actualização de modo a reactivar a ETAR da Vila de São Sebastião e a proceder ao adequado tratamento das águas residuais daquela freguesia.**

O **Sr. d.m. Luís Rendeiro**, rejeitando a apropriação de propostas alheias, por constarem dos compromissos eleitorais do PSD, face ao reiterado incumprimento de promessas eleitorais, ao apresentar aquelas Recomendações, o seu partido apenas tentava forçar o cumprimento das promessas feitas, pegando em propostas comuns às várias forças políticas, com vista a gerar compromissos de aprovação e execução das obras, pelo que, sendo conhecedor de um projecto com a intenção da construção ou reactivação de uma nova ETAR em S. Sebastião, desejava que a CM assegurasse esse compromisso para 2012.

O **Sr. d.m. Francisco Barros**, não querendo repetir os argumentos utilizados na recomendação anterior, reconheceu a paternidade absoluta da referida Recomendação aos vereadores do PSD, lembrando que a mesma já fora aprovada por maioria, na forma de aditamento ao Plano e Orçamento dos SMAH, em reunião de Câmara.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** esclareceu que a conferência de líderes preparatória da sessão em curso da Assembleia Municipal ocorrera antes da última reunião camarária, bem como a apresentação da Recomendação em epígrafe, pelo que, se lhe causava assim tanto incómodo, seria retirada pelo seu Grupo Municipal.

Assim, por iniciativa do grupo municipal proponente **a Recomendação constante do Ponto 2.3 foi retirada da agenda.**

**2.4 - Recomendação ao IROA no investimento da captação, armazenamento e aproveitamento da água do Arrabalde na Vila de São Sebastião, evitando o desperdício de um recurso limitado que pode ser aproveitado e posto ao serviço de todo o Concelho.**

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, nada tendo a opor à Recomendação, que propunha o aproveitamento das águas desperdiçadas do Arrabalde de S. Sebastião para outros fins que não o consumo doméstico, sugeriu que, em vez de destinada à Câmara, fosse antes dirigida ao IROA, entidade responsável pelo abastecimento de água à lavoura.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, pretendendo apenas evitar desperdícios, aceitou a alteração proposta pelo Sr. d.m. Francisco Barros.

**O Sr. vereador Cota Rodrigues** deu conta de algumas intoxicações provocadas pelo consumo daquelas águas, que, apesar de devidamente assinaladas como impróprias para consumo humano, podiam vir eventualmente no futuro a ser utilizadas na agricultura, visto já existir na ligação com a Ribeira Seca um ramal do IROA que transporta águas provenientes dos furos de cima.

Depois de introduzidas as alterações consensualmente aceites, posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.4 foi aprovada por unanimidade.**

**2.5 - Recomendação à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para que desencadeie os procedimentos necessários com vista à aquisição ou expropriação de um imóvel em ruínas, na zona do Refugo da freguesia do Porto Judeu, de modo a proceder à sua demolição de forma a criar naquele espaço uma zona de estacionamento que sirva a freguesia do Porto Judeu e o Refugo em particular.**

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, antes que o Sr. d.m. Francisco Barros o acusasse de roubar a paternidade da Recomendação em apreço, fez questão de salientar tratar-se de um assunto da Junta de Freguesia tripartidária do Porto Judeu, trazido ao seu conhecimento pelo Sr. Alberto Azevedo, representante do PSD naquele órgão.

Reconhecendo o compromisso assumido pela Sra. presidente da Câmara, relativo a algumas intervenções naquele local, adiantou não se preocupar com a paternidade das propostas, mas sim com a resolução dos problemas.

**O Sr. d.m. João Tavares**, relatando os antecedentes daquela situação, referiu que, já em 2006, também nessa altura na qualidade de presidente da Junta de Freguesia, remetera ofício à CM com vista à limpeza do espaço em causa, o que sucedera nesse ano e nos dois seguintes, 2007 e 2008, tendo a autarquia aceite, por proposta da Junta, construir um parque de estacionamento destinado aos residentes da zona, já que se tratava de um local do lugar do Refugo daquela freguesia muito estreito, pelo que, em 2008, contactado o proprietário para a venda da dita casa em ruínas, o mesmo pedira 100mil euros.

Diligenciando de novo após as eleições junto do procurador do proprietário do imóvel destruído, a Junta de Freguesia obteve como resposta a intenção de venda pelo mesmo preço, o que, por se considerar demasiado elevado, determinou que a Câmara recomendasse de novo a sua limpeza.

Assim, face às circunstâncias envolventes e ao historial descrito, o Sr. d.m. João Tavares sugeriu que a Recomendação fosse retirada da agenda dos trabalhos.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro** referiu que, não se reflectindo os projectos e intenções nos Planos e Orçamentos, a Recomendação apresentada visava o recurso à necessária dotação orçamental para a resolução daquele problema.

Adiantou ainda a convicção de que, se fosse presente ao proprietário uma contraproposta dentro do valor das propriedades daquela zona, se poderia chegar a um consenso ou, caso contrário, proceder-se à expropriação do referido imóvel.

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, que a avaliar pela expressão facial do Sr. d.m. Luis Rendeiro entendera tratar-se de um preço demasiado elevado, à semelhança aliás do também por ele considerado elevado valor de 52 mil euros para o projecto de requalificação de zonas balneares, como se o proprietário de um edifício em ruínas implantado numa área do Refugo, de aproximadamente um alqueire, confundisse aquela zona com a 5ª Avenida em Nova Iorque, o que, naturalmente, levava a autarquia a rejeitar a concretização de uma medida de manifesta má gestão.

Conforme já referido, no ano 2011 realizar-se-iam algumas pequenas intervenções em zonas balneares, estando prevista uma de fundo na Salga, mediante o projecto de Miguel Cunha, que também assumiria o projecto de requalificação da zona do Refugo, cujo reordenamento poderia passar pela eventual aquisição do dito edifício.

Sendo que o processo de expropriação, impossível de concretizar de qualquer maneira, que obrigaria à notória classificação de utilidade pública, sugeriu em contrapartida a realização de uma vistoria técnica por parte dos serviços da CM em conjunto com o Serviço Regional de Protecção Civil, para concluir se o edifício revelava algum risco de ruína que colocasse em causa a segurança de pessoas e bens.

Tratando-se de uma preocupação da Junta de Freguesia de Porto Judeu desde 2006, antes de se aprovar o que quer que fosse, seria importante esperar pela evolução da situação, considerando por isso que a Recomendação nada acrescentaria ao que já se encontrava feito.

**O Sr. d.m. João Tavares** acrescentou que, apesar da inviabilização do estacionamento pelas razões atrás referidas, ganhar-se-ia, por outro lado, um outro um pouco mais abaixo, incluído na requalificação da zona balnear do Refugo, para além do parque fechado do pavilhão multiusos, distante 50 metros do local.

**O Sr. d.m. Guilherme Melo** deu conta da existência de um abaixo-assinado dos moradores, solicitando o empenho da CM na resolução do problema e expressando as suas preocupações pelo risco de saúde pública, por se tratar de um edifício antigo prestes a ruir e infestado de ratazanas.

**A Sra. presidente da Câmara**, não encontrando justificação para o desencadeamento de qualquer processo administrativo com vista à expropriação, admitiu no entanto a ponderação camarária para a aquisição do dito imóvel, caso o seu proprietário decidisse rever em baixa o respectivo custo, em valores comparáveis aos 50 mil euros rejeitados pela Câmara para aquisição de um terreno no Pico Urze com capacidade para 20 lugares de estacionamento.

Sabendo-se que a autarquia procederá à requalificação da zona balnear do Refugo, a qual contemplaria um parque de estacionamento para autocarros e viaturas ligeiras, além do já existente junto ao pavilhão multiusos, pareceu-lhe, face a toda a informação disponibilizada por ela própria e pelo Sr. presidente da Junta de Freguesia, pouco razoável a apresentação de uma Recomendação daquela natureza.

**O Sr. d.m. Carlos Pinheiro**, concordando com o Sr. presidente da Junta de Freguesia de Porto Judeu e com a Sra. presidente da Câmara, informou que a Junta de Freguesia de Feteira, a que presidia, abdicara do valor de delegação de competências correspondentes a 3 anos, com vista à reabilitação do largo da Igreja, não lhe parecendo justa a ideia de se gastarem 100 mil euros na aquisição de um pequeno terreno com um imóvel em ruínas destinado a um parque de estacionamento.

**O Sr. d.m. Guilherme Melo**, esclarecendo que o PSD também se manifestava contra a aquisição do dito imóvel por 100 mil euros, reiterou a intenção dos moradores em ver resolvido o problema dos ratos e do lixo acumulado, para além da garantia de segurança de quem por ali passasse, eliminando o perigo de derrocada do edifício, não deixando de adiantar que a CM possuía meios legais para reavaliar o imóvel e notificar o proprietário, apresentando-lhe uma proposta com valores adequados, com vista a um possível acordo.

**O Sr. d.m. Francisco Barros**, partilhando das preocupações do Sr. d.m. Guilherme Melo relativas à segurança de pessoas e bens, referiu que nada do que fora discutido se encontrava explicitado no texto proposto.

Ressaltando que o que contava para efeitos de votação da Recomendação se encontrava mencionado no último parágrafo, em concordância total com as intervenções dos Srs. presidentes de Junta de Freguesia de Porto Judeu e Feteira, sugeriu aos preponentes que na próxima reunião da AM apresentassem uma Recomendação à CM para diligenciar no sentido de notificar o proprietário ou solicitar uma vistoria técnica destinada à avaliação do estado de conservação do edifício.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, questionando o Grupo Municipal do Partido Socialista sobre se aprovaria a Recomendação, caso fosse alterada de acordo com o que acabara de sugerir o Sr. d.m. Francisco Barros, mereceu da parte do Sr. d.m. Vasco Capaz, na qualidade de 1º secretário, o comentário de que se deveria votar o texto escrito, não podendo andar a alterar-se permanentemente os textos das Propostas e Recomendações apresentadas.

**O Sr. d.m. João Tavares**, em matéria de alteração de Propostas, entendeu dever acrescentar-se à Recomendação do PSD a obrigatoriedade do proprietário da moradia situada no Largo de Santo António emparedar janelas e portas, como forma de dificultar a saída dos ratos, preservando o estabelecimento comercial localizado em frente, no lado oposto da rua.

**O Sr. d.m. Francisco Barros** anunciou que, caso o PSD apresentasse na reunião da AM de Fevereiro uma Recomendação nos moldes por ele atrás referidos, teria todo o gosto em votar favoravelmente, mesmo que todo o seu grupo municipal votasse contra.

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.5 foi rejeitada** com 18 votos contra (15 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do d.m. independente), 4 abstenções do PSD e 9 votos a favor do PSD.

**2.6 - Recomendação à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para que desencadeie os procedimentos necessários com vista à elaboração do projecto e realização da obra de abertura de uma nova estrada que faça a ligação entre a**

**Canada do Cemitério da Freguesia do Porto Judeu e a Canada do João Pacheco da mesma freguesia.**

Por iniciativa do grupo municipal proponente, **a Recomendação constante do Ponto 2.6 foi retirada da agenda.**

**O Sr. presidente da Mesa**, desejando a todos os Srs. deputados municipais, membros do elenco camarário e suas famílias votos de Boas Festas e de um Feliz Ano Novo, em tom de graça, propôs-se marcar a reunião de Fevereiro do próximo ano para a quinta-feira de amigos, como forma de acelerar os trabalhos.

**O Sr. d.m. Francisco Barros** também expressou em nome do grupo municipal do Partido Socialista votos de um feliz Natal e próspero Ano Novo para todas as senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, bem como a todo o pessoal que, sessão após sessão, prestava apoio à Assembleia Municipal.

**O Sr. d.m. Luís Rendeiro**, em seu nome e no da bancada do Partido Social Democrata, desejou Boas Festas aos restantes membros da Assembleia Municipal, garantindo em tom humorado que o seu Grupo municipal manteria o Natal no dia 25 de Dezembro.

**O Sr. d.m. Alberto José Borges** usou da palavra para desejar em seu nome pessoal e no do CDS-PP votos de Boas Festas a todos os Srs. deputados, elenco camarário e respectivos familiares.

**O Sr. d.m. independente José Cipriano Martins**, também na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Cinco Ribeiras, desejou a todos um Bom Natal e Feliz Ano Novo.

**O Sr. d.m. Vasco Capaz**, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da Minuta das Deliberações.

Posta à votação, sem que se verificassem quaisquer pedidos de esclarecimento ou correcções, **a Minuta das Deliberações foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, pelas 18H25M do dia 22 de Dezembro de 2010, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**